FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA

ALINE FERREIRA DA SILVA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA VILA MACEDO

CURITIBA
2021

ALINE FERREIRA DA SILVA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA VILA MACEDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da FATEC-PR, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.ª. Me. Silvia Maria A.Lima

CURITIBA

2021

Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR
Mantenedora: Escola Tecnológica de Curitiba – ETC
Rua Itacolomi, 450 – Portão
CEP: 81070-150 - Curitiba-Pr –
Telefone: 3246-7722 - Fax: 3246-0246

CURSO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL

ATA DE DEFESA DE TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO DO TRABALHO:

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA VILA MACEDO

NOME DA ACADÊMICA: ALINE FERREIRA DA SILVA

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A): Profª. Ma. SILVIA MARIA AMORIM LIMA

Aos dez dias do mês de março do ano de 2021, foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa do TCC, acima intitulado, apresentado pela acadêmica nominada acima. Os trabalhos foram instalados pela professora orientadora às 19:00 h, sendo a banca constituída pelos seguintes professores:

Profª. Ma. Silvia Maria Amorim Lima (Orientadora);
Profª.Ma. Eliane Benkend
Prof. Me. Josnei Luis Daneliu;

Após a apresentação do TCC, a banca passou a arguição da acadêmica, sendo respondidas todas as questões colocadas e efetuadas as considerações pertinentes pelos membros da banca. Logo após, a Banca Examinadora reuniu-se em separado e ao retornar, o professor orientador deu o parecer final sobre o trabalho, tendo sido atribuídas as seguintes notas:

Profª.Ma. Silvia Maria Amorim Lima (Orientadora); **– Nota : 9,5**

Profª. Ma. Eliane Benkendorf ; **– Nota : 9,5**
– Nota : 9,5
Profª. Me. Josnei Luis Daneliu; **– Nota : 9,5**

Média Final: 9,5 Resultado: **[x] Aprovado [ ] Reprovado.**

OBS: Devido ao Período de Pandemia, essa Banca foi realizada excepcionalmente de forma on line.

Nada mais havendo a tratar, eu Profª.Silvia Maria A. Lima (orientadora), lavrei a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Curitiba/PR, 10 de março de 2021.

Silvia Maria A. Lima
Profª. Ma. Silvia Maria Amorim Lima (Orientadora)

Profª.Ma. Eliane Benkendorf

Profª. Me. Josnei Luis Daneliu

Dedicatória

A minha família, amigos, colegas e meu companheiro que forneceram todo o apoio para continuar estudando e concluir a tão esperada formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido o dom da vida, da escrita e por ter me permitido viver até o dia de hoje.

Agradeço ao meu irmão Alex Ferreira que mesmo vivendo longe, me auxiliava como podia me doando livros, dando dicas e tirando dúvidas com relação a formação profissional e ao curso de Serviço Social.

Á minha mãe Jandira Ferreira que sempre me apoiou em todas as minhas decisões profissionais, inclusive a troca de curso para o atual de formação de Serviço Social e que sempre desejou o melhor para mim, mulher a qual me deu a vida e amor incondicional desde meu nascimento.

Aos meus colegas de faculdade Carolina Mafioleti e Diogo Ferreira que sempre estiveram presentes ao longo do trajeto de formação e especialmente a minha colega de turma e amiga Géssica Ferreira que me apoiou em todos os momentos difíceis no meio acadêmico e pessoal, que me deu apoio para continuar o curso e conclui-lo.

A meu namorado e parceiro de vida, Lucas Rodrigues, que dedicou seu tempo a ler meu pré-projeto de tcc e sempre mostrou seu apoio na minha formação, foi paciente e amoroso nos momentos onde eu mais precisei e permanece presente em minha vida acrescentando positivamente.

Agradeço a orientadora Silvia Maria A. Lima que me orientou com dedicação e maestria, sempre dando incentivo para elaborar o presente trabalho da melhor forma possível e a toda equipe de professores e funcionários da FATEC-PR que colaboraram de alguma forma para que a formação fosse concluída.

Meu muito obrigada a todos pelos quatro anos de formação e aprendizado o qual levarei para toda a vida.

“Temos aí um papel de partejar o novo, construir resistências, construir hegemonia, enfrentar as sombras que mergulham os subalternizados de nossa sociedade. É preciso politizar e dar visibilidade aos interesses dessas classes.... Estamos cumprindo? Não basta a alta qualidade técnica de nosso trabalho, pois corremos o risco de ser bons gestores, despolitizados. ”

(Marilda Carmelita Yazbek)

RESUMO

O presente trabalho tem como centralidade o tema Programa Bolsa Família e a vulnerabilidade social das famílias residentes da Vila Macedo, entende-se a importância deste tema no contexto atual do neoliberalismo, o qual temos um governo pautado no conservadorismo e no corte de direitos sociais, ressalta-se a importância das lutas dos movimentos sociais para que fossem criados e mantidos os programas e políticas sociais que fazem parte dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Ainda se faz necessário a luta pela permanência destes direitos no cenário atual de pandemia, onde as rachaduras do sistema social pautado na divisão de classes começaram a ser notadas com mais força, a fome, o desemprego e a pobreza aumentaram seus números, de acordo com os dados apontados na presente dissertação. O CISA/CRAS que fica localizado na Vila Macedo em Piraquara-PR foi o local onde foi desenvolvido a pesquisa com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que estão incluídas no Programa PAIF, o objetivo da pesquisa foi analisar as principais vulnerabilidades sociais apresentadas e o método de pesquisa foi a pesquisa exploratória que foi realizada de modo online, através de um questionário, devido a pandemia do COVID-19, os resultados obtidos mostraram que somente o valor do Programa Bolsa Família não consegue suprir as necessidades dos beneficiários da Vila Macedo, foi relatado que muitas famílias buscam outras formas de complementar a renda familiar e buscam o CISA/CRAS Macedo em busca de benefícios eventuais. A falta atualização no formato do Programa Bolsa Família (PBF) desde 2008, é um fator agravante, uma vez que os bens de consumo tiveram seus preços elevados e atualmente o PBF abrange apenas uma parte das famílias em situação de vulnerabilidade. As respostas com relação as perguntas socioeconômicas, apontaram uma taxa alta de analfabetismo entre os usuários entrevistados, 21,4% se declaram não alfabetizados, destacando desse modo a falta de escolarização por parte dos usuários atendidos pelo CISA/CRAS. Foi observado através das respostas, que nos meses onde o Auxílio Emergencial estava em vigor, as famílias conseguiram suprir suas necessidades, acredita-se que os valores do Auxílio Emergencial repassado as famílias era superior ao valor do Programa Bolsa Família e por esse motivo, o Auxílio Emergencial foi de grande suporte para essas famílias.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Vila Macedo; COVID-19; CISA; CRAS Vulnerabilidade Social; Auxílio Emergencial.

ABSTRACT

The present work aims at the social program Bolsa Família and the social vulnerability of the families residing in Vila Macedo. It is understood that this theme is pivotal in the current context of Neoliberalism, in which we have a conservative government centered on abolishing social rights, and, therefore, the importance of the social movements' fight for the creation and maintenance of social policies and programs, which are included in the Constitution of 1988, is hereby reinforced. Moreover, the fight for the preservation of these rights is still necessary in the pandemic scenario, in which the flaws of a system based around class inequality started to be noticed more frequently, as figures related to starvation, unemployment and poverty have raised, according to data contained in this study.The CISA/CRAS which is located in Vila Macedo, Piraquara, was the place where a survey was carried out with the families which are beneficiaries of the Bolsa Família program and are included in the PAIF program. The goal of this survey was to analyze the most notorious social vulnerabilities found, and the method was exploratory. Everything was carried out online with a survey, due to the COVID19 pandemic. The lack of updates in the Programa Bolsa Família (PBF) design since 2008 is an aggravating factor, as the consumer goods had their prices elevated and presently the PBF covers only a fraction of the families in a vulnerable position. The answers related to the socioeconomic questions pointed a high illiteracy rate among the surveyed users, where 21,4% declared themselves illiterates, highlighting the lack of schooling in the users cared by the CISA/CRAS. The results obtained show that the money from Bolsa Familia alone is not enough to cover the needs of the beneficiaries from Vila Macedo. Many of these families look for alternative ways to complement their income, also resorting to the CISA/CRAS as to obtain occasional benefits. It has been observed in their responses that, in the months in which the "Auxílio Emergencial" (Coronavirus financial aid) was still in force, the families managed to meet their expenses. It is believed that, as its values were bigger than the ones provided by Bolsa Família, the Auxílio Emergencial was crucial for such families.

Keywords: Bolsa Família program; Vila Macedo; COVID-19; CISA/CRAS; Social Vulnerability; Auxílio Emergencial (Coronavirus financial aid)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- coeficientes de Gini com e sem as transferências do PBF 46
Gráfico 2- famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família 56
Gráfico 3- beneficiários do Programa Bolsa Família e beneficiários do Auxílio Emergencial em Piraquara 57
Gráfico 4- idade dos beneficiários do PBF 59
Gráfico 5- cor de pele dos beneficiários do PBF.....60
Gráfico 6- sexo dos beneficiários do PBF.....60
Gráfico 7- Estado Civil dos Beneficiários do PBF.....61
Gráfico 8- alfabetização dos beneficiários do PBF 63
Gráfico 9- moradia dos beneficiários do PBF.....64
Gráfico 10-bairro onde residem os beneficiários do PBF.....65
Gráfico 11-trabalho dos beneficiários do PBF.....66
Gráfico 12- profissão dos beneficiários do PBF.....67
Gráfico 13- Programa Bolsa Família e recebimento do repasse.....68
Gráfico 14- tempo de recebimento do PBF.....69
Gráfico 15-Programa Bolsa Família e renda extra.....70
Gráfico 16- renda extra da família.....71
Gráfico 17- filhos dos beneficiários do PBF 72
Gráfico 18- idade dos filhos dos beneficiários do PBF.....73
Gráfico 19- quantidade de filhos que recebem o PBF 73
Gráfico 20- usuários que frequentam o CISA MACEDO 76
Gráfico 21- filhos dos beneficiários que frequentam o CISA MACEDO 76
Gráfico 22- tempo que frequenta o CISA MACEDO.....77
Gráfico 23- atendimento com as Assistentes Sociais 78
Gráfico 24- recebimento de benefícios eventuais por parte do beneficiário 80
Gráfico 25-recebimento do Auxílio Emergencial.....83
Gráfico 26- continuidade do recebimento do Auxílio Emergencial 84
Gráfico 27- valor do Auxílio emergencial.....84
Gráfico 28- Auxílio Emergencial e suprimento das necessidades dos usuários 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Regras do Programa Bolsa Família.....40
Tabela 2-Composição relativa da renda dos estratos-Brasil (2003-2011).....45
Tabela 3- valores de repasse do PBF para filhos de beneficiários.....72

Lista de siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBIA	Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
COVID-19	Coronavírus
CISA	Centro de Inclusão Social do Adolescente
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CONSEA	Conselho de Segurança alimentar e nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FRANCO	Itamar Franco
FOME ZERO	Programa Fome Zero
FLBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBM	Plano Brasil sem Miséria
PCFM	Plano de Combate à Fome e a Miséria
PCF	Programa Criança Feliz
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Sumário

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 TEMA **..... 16**
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO **..... 16**
1.3 QUESTÕES NORTEADORAS **..... 17**
1.4 JUSTIFICATIVA **..... 17**
1.5 OBJETIVOS **..... 18**
1.7.1 OBJETIVO GERAL 18
1.7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 18
1.8 METODOLOGIA **..... 19**
1.9 REFERENCIAL TEÓRICO **..... 20**
2 ESTRATÉGIAS USADAS PELO ESTADO HISTORICAMENTE PARA ATUAR NA REDUÇÃO DA POBREZA 22
2.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS. 23
2.2 OS GOVERNOS PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ÀS ESTRATÉGIAS DE COMBATE DA REDUÇÃO DA POBREZA 25
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 38
3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 38
3.2 A APROVAÇÃO DO SUAS E DA PNAS E A CRIAÇÃO DO CRAS APÓS O SURGIMENTO DAS POLITICAS NORTEADORAS 48
4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA VILA MACEDO 50
4.1 O TERRITÓRIO DO CISA/CRAS MACEDO 51
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CISA/CRAS MACEDO 52
4.3 A TRANSIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020 53
4.4 AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VILA MACEDO 55

4.5 PRINCIPAIS VULNERABILIDADES APRESENTADAS PELAS FAMILIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VILA MACEDO.....58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
6 REFERÊNCIAS.....89
1 ANEXO 1- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE DADOS 100
2 ANEXO 2- QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA VIA GOOGLE FORMS 102

1 INTRODUÇÃO

Após a Constituição Federal de 1988 (CF), o Estado se tornou o principal responsável pela proteção social, foram criados os direitos sociais para que a população tivesse acesso independente de sua renda.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi sancionada em 1993, cinco anos após a CF, com a LOAS a Assistência Social foi reconhecida como um direito.

> Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

A Assistência Social se tornou um dos tripés da Seguridade Social em conjunto com a Saúde e a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social podem ser acessadas sem a necessidade de contribuição social, já a Previdência é um direito dos trabalhadores.

O Programa Bolsa Família (PBF) é o programa mais conhecido no modelo de transferência de renda, está inserido na política da Assistência Social e foi criado com o intuito de diminuir os índices de pobreza, desde sua criação em 2004, milhares de famílias foram retiradas do índice de pobreza, o programa foi a junção de outros programas de transferência que já estavam vigentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, através da transferência de renda as famílias podem ter autonomia quanto ao uso do dinheiro da forma que mais acharem coerente (CASONATO, CORRÊA E PAIVA, 2018).

A escolha do tema foi através dos atendimentos observados no dia a dia do campo do estágio, pode ser observado que muitas famílias beneficiárias do PBF, ainda se encontravam em situação de vulnerabilidade social, mesmo com o recebimento do benefício, chegou-se ao questionamento se o PBF possuía meios suficientes para suprir todas as necessidades de uma família pobre, visto que a as solicitações de benefício eventual, relatos de fome, desemprego e dificuldades financeiras eram feitas em sua maioria por beneficiários do PBF.

Os objetivos do presente trabalho são: apontar as principais medidas realizadas pelo Estado após a CF para diminuir o índice de vulnerabilidade social, analisar o alcance do PBF quanto aos índices de pobreza, conhecer o território o qual

CISA/CRAS Macedo atende, buscar reconhecer quais as fragilidades presentes do cotidiano das famílias beneficiárias e estimar qual foi o impacto da troca temporária do PBF pelo Auxílio Emergencial devido a pandemia da COVID-19.

É importante estudar sobre o tema do PBF, e conhecer os direitos previstos na CF, dado o contexto atual de ameaça de corte dos direitos sociais, o conhecimento acerca das políticas faz com que mais pessoas possam acessar e lutar pela permanência desses direitos e como futura Assistente Social é necessário conhecer as políticas públicas e sociais, para ser uma profissional bem qualificada.

Foi realizada a pesquisa bibliográfica por meios de outras obras que dissertavam sobre a pobreza, políticas públicas, o Programa Bolsa Família e a proteção social, foi aplicado um questionário online através da ferramenta Google Forms com as famílias beneficiárias do PBF que estavam inseridas no Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e que são atendidas no CISA/CRAS Macedo, através da pesquisa com as famílias, foi possível conhecer mais a fundo as demandas trazidas por esses beneficiários.

O primeiro capítulo deste trabalho traz um resgate histórico da CF como o primeiro marco de direitos, disserta sobre os governos que estavam em vigor após a ditadura e especifica todas as políticas e programas que foram instituídos após a CF e que tinham como objetivo a diminuição dos índices de vulnerabilidade social.

No segundo capítulo é abordada a temática do PBF, como foi criado, qual sua legislação vigente, quais seus índices de alcance e a criação da Política Nacional de Assistência Social, suas normativas e o surgimento dos Centros de Referência de Assistência Social.

O terceiro capítulo é dissertado sobre o PBF e seu impacto no cotidiano das famílias beneficiárias atendidas pelo CRAS/CISA Macedo, é explicado sobre o território, qual o papel do CISA/CRAS Macedo e das Assistentes Sociais no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF e quais as mudanças no dia a dia das famílias beneficiárias do PBF perante a mudança temporária do PBF para o Auxílio Emergencial.

1.1 TEMA

O Programa Bolsa Família como estratégia de redução dos índices de famílias em situação de pobreza.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O Brasil em sua formação histórica teve um forte viés clientelista, com intenso domínio das elites, cujas formas de governar vão desde as capitanias hereditárias, passando por uma República Coronelista e pela ditadura durante décadas. Todas essas características deixaram marcas que são vistas até hoje, no regime de Estado democrático burguês, onde os níveis de desigualdade social são elevados, esta situação se mostra evidente quando analisamos os dados de 2017 sobre a pobreza no Brasil: “O país tinha 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R$ 406 por mês em 2017, dois milhões a mais que em 2016” (RENAUX,2018).

Houveram mudanças governamentais, desde 2018 que foi o ano de eleição do Presidente Jair Bolsonaro até o ano de 2020. O presidente segue ideias conservadoras e tem feito cortes de investimento em várias áreas sociais, levando em consideração o cenário atual da pandemia do COVID-19, os números relacionados a desigualdade social aumentaram.

O Brasil ao mesmo tempo que se localiza entre os países mais desiguais, é um dos que mais detém riquezas, os ricos como minoria possuem a maior concentração de renda, enquanto em contrapartida os pobres estão em maior número:

> (..) 1% mais rico da população brasileira, em 2017, teve rendimento médio mensal de R$ 27.213. O valor representa, em média, 36,1 vezes mais do que metade do que receberam os mais pobres – cujo renda mensal foi de R$ 754 naquele ano (..) (OLIVEIRA, 2018).

Observa-se com esses dados que a desigualdade Social no Brasil é algo alarmante, evidencia-se a necessidade da intervenção do Estado para atuar na redução dos níveis de pobreza.

O Estado é a maior autoridade responsável pela promoção da proteção social, atua para reduzir o número de famílias em situação de pobreza por meio da formulação de políticas sociais, uma das principais é a Assistência Social contida na Constituição Federal como direito social de todo cidadão que dela necessitar.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado com o intuito de reduzir o número de famílias em situação de pobreza, e é materializado através da Assistência Social.

O PBF opera com critérios para realizar a transferência de renda, atuando de forma articulada nas áreas da educação, saúde, segurança alimentar e outras, em busca da superação dos elevados níveis de pobreza e extrema pobreza. A aplicabilidade do PBF é possibilitada por meio do Cadastro Único do Governo Federal que é realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

No segundo capítulo do presente trabalho, será dissertado detalhadamente como é o trabalho do CRAS, e quais as especificidades do CRAS MACEDO que é o local que foi utilizado para a pesquisa de campo.

É responsabilidade do CRAS acompanhar as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Serviço Social dentro deste equipamento atua com os usuários e as famílias atendendo suas demandas, fazendo encaminhamentos, identificando as principais vulnerabilidades, realizando acompanhamentos e quando necessário faz mediações com as políticas sociais e públicas conforme as demandas apresentadas.

Assim, indaga-se qual o impacto do PBF na superação da condição de Vulnerabilidade Social das Famílias que acessam o Programa?

1.3 QUESTÕES NORTEADORAS

Quais têm sido as estratégias de atuação do Estado brasileiro para a redução da vulnerabilidade social após a CF de 1988?

Como se estrutura o Programa Bolsa Família e como é realizado o trabalho voltado às famílias em situação de vulnerabilidade no Centro de Referência de Assistência Social?

Qual o alcance de acesso ao PBF e qual seu impacto social no cotidiano das famílias beneficiárias residentes da Vila Macedo em Piraquara-PR até a substituição temporária do PBF pelo Auxílio emergencial?

1.4 JUSTIFICATIVA

Na conjuntura atual os níveis de desigualdade social são preocupantes e os direitos sociais estão sob ameaça de cortes. Deste modo é necessário pesquisar

acerca do tema para entender a aplicabilidade do PBF em território, que é acessado por meio do CRAS.

O Centro de Inclusão Social do Adolescente (CISA), que fica localizado na Vila Macedo em Piraquara, é o campo de estágio de Serviço Social da pesquisadora do presente trabalho, este equipamento funciona também como CRAS, ofertando os serviços dispostos nas normativas do Sistema Único de Assistência Social.

Foi observado através dos atendimentos realizados pelas assistentes sociais, que algumas demandas sociais são recorrentes, em sua maioria são vindas dos beneficiários do PBF como a insuficiência financeira, o desprovimento alimentar e a falta de oportunidades de trabalho. Desta forma notou-se a importância do presente trabalho a fim de entender o PBF e sua aplicabilidade no território da Vila Macedo em Piraquara-PR, na busca pela redução da Vulnerabilidade Social.

Busca-se através deste trabalho acadêmico contribuir para futuros estudos científicos de modo a dar continuidade ao tema, possibilitar a melhoria da atuação do Serviço Social nos equipamentos CRAS, de modo a aprimorar as respostas às demandas e fornecer elementos para a elaboração projetos sociais centralizados na redução da desigualdade social, no âmbito do CRAS.

1.5 OBJETIVOS

1.7.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a efetividade do Programa Bolsa Família na Vila Macedo em Piraquara- PR, no que se refere à redução dos índices de famílias em situação de pobreza.

1.7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar quais as medidas utilizadas pelo Estado após CF para atuar processo de redução da vulnerabilidade social.
- Descrever o Programa Bolsa Família e identificar o papel do CRAS quanto ao enfrentamento da vulnerabilidade social.
- Analisar o alcance do Programa Bolsa Família ao longo de 8 anos, de 2013 até 2021 e quais os efeitos de sua substituição temporária pelo

Auxílio Emergencial no cotidiano das famílias em situação de Vulnerabilidade Social do território do CRAS localizado na Vila Macedo em Piraquara-PR.

1.8 METODOLOGIA

No presente trabalho busca-se analisar as contradições da pobreza e extrema pobreza, e como o Programa Bolsa Família é materializado em território.

O Método de análise que foi utilizado é o Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, foi empregado como referência o autor José Paulo Netto.

> O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade burguesa-um sistema de relações construído pelos homens, "o produto da ação recíproca dos homens" (Marx, 2009, p. 244). Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto (NETTO,2011, p.23).

O Materialismo Histórico Dialético foi utilizado com o propósito de analisar os processos sociológicos e a interação do indivíduo com o meio, a fim de entender os fatores econômicos, políticos e sociais que levam a existência da desigualdade social dentro da sociedade atual.

É necessário estudar os fenômenos sociais que ocorrem para entender a desigualdade social e como ela se desenvolveu ao longo da história.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em base de outras obras que foram mencionadas no referencial teórico e que tratam da temática relacionada: as medidas realizadas pelo Estado para reduzir os níveis de pobreza ao longo da história; as políticas sociais existentes; a criação do Programa Bolsa Família e a atuação dos/as assistentes sociais neste programa.

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. (LAKATOS e MARCONI, 2003 p.184).

Foi empregada a pesquisa exploratória em território:

> As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, p.27).

Para realizar a pesquisa online foi elaborado um questionário com 37 perguntas através da ferramenta Google Forms, os selecionados da pesquisa são beneficiários do PBF, estão inseridos no PAIF, possuem histórico no equipamento em uma média de 8 anos e são residentes dos bairros: Vila Macedo, Vila Militar e Jardim Santa Mônica, locais onde o CISA/CRAS atende. O link do questionário foi enviado para 53 usuários do CISA/CRAS, 14 usuários responderam à pesquisa.

1.9 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho trata como uma de suas temáticas a atuação do/a assistente social por meio do Programa Bolsa Família e a busca pela redução da pobreza e para discutir o tema da atuação profissional será utilizado o artigo “O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional” da autora Bruna Carnelossi, ela discorre sobre o trabalho dos profissionais da Assistência Social dentro da política de Assistência, os desafios encontrados no exercício profissional perante o código de ética da categoria com relação a atuação dos/as assistentes sociais no Programa Bolsa Família (CARNELOSSI,2016).

Para abordar o tema da pobreza no Brasil será empregado o artigo “Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento” da autora Maria Carmelita Yazbek. A autora discorre sobre a pobreza no Brasil, seus aspectos e descreve ao longo da história quais às mudanças nas formas de enfrentamento a pobreza.

Uma das formas de enfrentamento a pobreza é desempenhada por meio da Proteção Social e para abordar esse tema será utilizado o artigo “Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social” da autora Aldaíza Sposati, ela discorre sobre o trabalho do/a assistente social nas políticas

públicas e na proteção Social e quais as dificuldades encontradas no exercício profissional, uma vez que as respostas às demandas por meio das políticas públicas trazem um caráter de dependência advindos da própria condição dos indivíduos (SILVA apud SPOSATI, 2010).

As políticas sociais são um meio de enfrentar a desigualdade social e a pobreza e para discorrer este tema será usado o artigo “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira” da autora Maria Ozanira da Silva e Silva, ela discorre sobre as políticas públicas e seu desenvolvimento no Brasil como forma de enfrentamento da pobreza (SILVA, 2010).

Como já citado as políticas públicas são a forma utilizada pelo Estado para diminuir os índices de desigualdade social e para abordar este tema será utilizado o texto “A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil” da autora Maria Ozanira da Silva e Silva, ela discorre sobre as políticas sociais como forma de enfrentamento a pobreza e destaca a política de transferência de renda como estratégia atual e ampla para diminuir os índices de pobreza (SILVA, 2015).

O programa Bolsa família é um programa de transferência direta de renda utilizado pelo governo para reduzir os índices de pobreza e para abordar esse tema foi usado o texto: “O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza a sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade’’ dos autores Lucas Casonato, André Luiz Corrêa e Suzana Cristina Fernandes de Paiva. Eles discorrem sobre o Programa Bolsa Família como estratégia de enfrentamento da pobreza e às políticas econômicas que existiram nos últimos 50 anos (CASONATO, CORRÊA, PAIVA, 2018).

O Programa Bolsa Família tem como normativa vigente a Lei n° 10.836 de janeiro de 2004 esta será utilizada como referência para abordar as especificidades do programa.

O Auxílio Emergencial foi um benefício de transferência de renda que estava vigente em 2020, foi criado em caráter emergencial devido a pandemia do Coronavírus (COVID-19). O Auxílio Emergencial é regulamentado através do decreto número 10.316, de 7 de abril de 2020, os dados acerca do Auxílio Emergencial e artigos sobre o tema ainda estão em produção devido aos efeitos sociais acerca do COVID-19 ainda serem recentes.

Para embasar a análise dos dados bibliográficos, será empregado o método do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx através da concepção do autor José Paulo Netto, no Livro “Introdução ao Estudo do método de Marx”, buscando desse modo, entender como ocorrem os fenômenos sociais que refletem na desigualdade social.

2 ESTRATÉGIAS USADAS PELO ESTADO HISTORICAMENTE PARA ATUAR NA REDUÇÃO DA POBREZA

Neste capítulo irá ser abordado resumidamente o conceito de pobreza, o contexto histórico que antecede a instauração da Constituição Federal, o período pós ditatorial e quais foram as medidas que o Estado tomou para diminuir os índices de pobreza após a Constituição Federal, que deu início às políticas sociais que visavam diminuir os índices de pobreza.

A pobreza sempre foi um tema preocupante no Brasil, quando se busca a definição de pobreza:

> (...) apontada, na literatura, como sinônimo de variadas palavras ou expressões: pauperização, precarização, empobrecimento, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade, marginalidade, pobreza unidimensional, pobreza multidimensional, miséria, indigência, diferenças sociais, discriminação, segregação, desqualificação, privação, deficiência, inadaptação, pauperismo, precarização, apartheied social, estigmatização, baixa renda, classe baixa, underclass etc. etc. Cada um desses termos ou expressões indica um estado particular do processo da pobreza com suas dimensões e características (SILVA, 2002, p. 70, apud SILVA, 2015, p.2)

Com isso podemos notar que a pobreza pode conter várias dimensões para além da falta de recursos financeiros para outros problemas sociais e culturais que permeiam a vida dos indivíduos em situação de pobreza, como aponta Silva: “Ë também desigualdade na distribuição de recursos; não acesso a serviços sociais básicos, a informação, a trabalho dignamente remunerado; não participação política e social” (SILVA, 2015, p.2).

A pobreza afeta a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, as marginalizando cada vez mais.

No contexto do Neoliberalismo onde vivemos, os índices de pobreza se tornam elevados, dessa forma, os trabalhadores vivem em função de seu ofício a fim de prover meios de sua sobrevivência, enquanto os capitalistas detêm a maior parte do

capital, assim por consequência ocorre o aumento da miséria e pobreza, como cita Karl Marx, através do grifo da autora Escurra:

> (...) determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (MARX, 1994, l. 1, v. 2, p. 748-749, apud ESCURRA, 2019 p.137).

Com a aceleração da pobreza e o interesse dos capitalistas em manter o sistema atual pautado em desigualdade social destaca-se a necessidade da intervenção do Estado para a distribuição de renda e diminuição dos índices de pobreza.

2.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS.

No período que antecede a instauração da Constituição Federal (CF), em meados dos anos 60, mais precisamente em 1964, ficou conhecido historicamente como o início da ditadura militar, o militar Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), estava no poder, com isso foi dado início a mudanças na economia, através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), este foi um dos fatores que favoreceram o chamado “milagre econômico brasileiro” que ocorreu entre 1968 e 1973:

> O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 222).

O chamado “milagre econômico”, fez com que a economia girasse, contudo, esse cenário não permaneceu estável pelos próximos anos, dado o fato que o militarismo foi a forma de governo dominante, instaurando a ditadura militar durante 21 anos, nesse contexto, a desigualdade social alcançava números elevados, havia um controle centralizado das instituições brasileiras e qualquer manifestação era contida com extrema violência. (CASONATO, CORRÊA, PAIVA, 2018, p.80).

Na década de 70 existiam movimentações sociais em vários setores da sociedade que lutavam pela redemocratização e neste contexto os movimentos sindicais também foram ganhando força em busca de melhorias sociais devido ao cenário de extrema violência e pobreza. (YAZBEK, 2012 p.2).

Nos meados dos anos 70 e 80 o cenário de pobreza continua preocupante:

> Enquanto em 1970 os 10% mais ricos da população detinham 46,7% da renda, os 10% mais pobres possuíam apenas 1,2%. A situação se agrava em 1980, quando os mais ricos aumentam sua participação na renda em 4,3 p.p., para 51%, e os mais pobres têm sua participação diminuída em 0,1 p.p., passando a controlar apenas 1,1% da renda nacional (Sousa, 2009, p. 33, apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.80).

A década de 80 prevaleceu com altos números de desemprego e as famílias continuavam em situação de pobreza, até a instauração da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais eram de acesso somente aos trabalhadores com registro em carteira. (SANTOS, 1987 apud SILVA, 2015, p.2). Neste cenário de desigualdade social acentuada, cresciam cada vez mais às movimentações sociais, em busca da democratização, que na década seguinte foi possibilitada com a CF (YAZBEK, 2012, p.6).

No período o qual a CF foi sancionada, o Brasil ainda caminhava por passos lentos para reduzir os índices de pobreza, na década de 80 para 90 os níveis de inflação eram altos, contudo até o fim desse período houve uma pequena redução nos índices de desigualdade social resultante do aumento da educação básica no país. (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi o primeiro marco histórico que visava a democracia e os direitos sociais para a população, foi por meio desta que foram formuladas às outras políticas sociais e o Estado desde então é responsável pela proteção social dos cidadãos.

Os direitos sociais garantidos pela constituição são:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL,1988).

O período em que se instaura a CF era marcado por um “recomeço” visto que três anos antes o Brasil era dominado pela ditadura militar, época que deixou marcas na estrutura política e econômica do país.

A CF incorpora a Assistência Social e mesma passa a ser um direito constitucional como garantia de cidadania e proteção social:

> Bichir (2010, p. 117) atribui a esta Constituição uma estrutura de política social no país que promoveu a descentralização da “capacidade decisória, funções e recursos do governo federal para os estados e municípios”, com a definição de responsabilidades distintas entre as esferas do governo, mesmo que a todas caiba o dever de superar a pobreza e reduzir a desigualdade social. (Apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.81).

Com a criação da CF, a seguridade social entra como direito dos cidadãos que integra a saúde, Assistência Social e previdência social:

> A noção de Seguridade que emerge na Constituição brasileira apresenta-a como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente. Trata-se de uma cobertura social que não depende do custeio individual direto. (YAZBEK, 2012 p.6).

A CF tornou-se um marco nas políticas sociais e de direitos, alcançando as camadas sociais mais vulneráveis, através da seguridade social e dos direitos sociais previstos na Constituição.

2.2 OS GOVERNOS PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ÀS ESTRATÉGIAS DE COMBATE DA REDUÇÃO DA POBREZA

Após a CF, que foi o primeiro marco rumo a criação das políticas sociais e públicas, os governos que entraram em vigência buscaram a diminuição dos níveis de pobreza através de ações e políticas sociais.

No decorrer da década de 90, a CF já estava em vigor e dois dos direitos sociais que a Constituição Federal proporcionou foram a Saúde e Educação gratuita, contudo essa universalização não alcançou todas as camadas sociais da sociedade, como consequência a educação privada e os planos de saúde aumentaram sua demanda eram solicitados por pessoas de classe média e baixa. (SILVA, 2010, p.158).

Em 1991 o senador da República Eduardo Suplicy apresentou a proposta de fornecimento de renda através do Estado, uma quantia mínima de renda que seria

transferida para os cidadãos brasileiros atenderem suas necessidades básicas (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.82). Neste período a ideia não foi aderida, contudo serviu de fundamento para projetos de transferência de renda em outros municípios e futuramente como modelo para a criação da política de transferência de renda.

No governo de Itamar Franco (1993-1994) foram realizadas ações que melhor direcionavam o combate à pobreza:

> O maior esforço de política pública direcionada para os segmentos pobres da sociedade brasileira nos anos 1990 foi, inicialmente, o Plano de Combate à Pobreza e à Miséria (PCFM) instituído no governo de Itamar Franco, no segundo semestre de 1993 (SILVA, 2015, p.3).

O Plano de Combate à Pobreza e a Miséria (PCFM) foi elaborado, devido ao alto índice de pessoas em situação de fome, em 1993 que contabilizavam 32 milhões segundo o mapa da Fome, realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). (SILVA, 2010 p.158).

O PCFM foi criado através da mobilização de movimentos sociais sob a liderança de Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, inicialmente a ação foi nomeada como ”Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, Segundo VASCONCELOS, essa ação tinha como objetivo:

> Seu objetivo era: "Mobilizar, e acima de tudo sensibilizar, a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país ... que leva à exclusão, à fome e à miséria" (Consea, 1995, p. 12 apud VASCONCELOS, 2004, p.2).

As movimentações sociais em busca do combate à fome ganharam força, e sensibilizaram Itamar Franco (Franco) formou então uma parceria com o governo, para que juntos, projetassem estratégias de combate à fome (SILVA, 2015, p.3).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que leva a numeração de Lei 8.742, sancionou-se em 1993 e se tornou mais um marco de reconhecimento para a Assistência Social:

> (...)indicando um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, direcionadas ao atendimento das necessidades básicas, como medidas a serem assumidas no âmbito da Assistência Social, mas que vêm sendo restritamente operacionalizadas (SILVA, 2015, p.3).

Com a LOAS, a Assistência Social passa a ser regulamentada e traz um novo olhar para a participação dos usuários, legitimando as suas necessidades e provendo os mínimos sociais. (MONNERAT e SOUZA, 2011, p.44). Por meio da LOAS os fundos que são destinados a Assistência Social são divididos entre os âmbitos Federal, Estadual e Municipal, contudo o Estado ainda permanece como o principal responsável por prover os recursos financeiros. A LOAS prevê ainda: a participação popular para a melhoria na aplicação dos recursos públicos.

Após a instauração da LOAS, o primeiro benefício concedido por meio do modelo de transferência de renda foi o Benefício de prestação continuada (BPC), que é um benefício mínimo concedido aos cidadãos através da seguridade social e que não depende de contribuição por tempo de trabalho:

> (...) criado em 1993, no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, iniciando-se sua implementação a partir de 1996. Tratase de um benefício de caráter não contributivo, para pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho. Ambos, idosos e pessoas com deficiência, devem viver em famílias com uma renda per capita familiar de até ¼ do salário mínimo (em 2010, R$ 127,50) (SILVA,2010, p.158).

O BPC abrange muitos usuários que não tem meios de se aposentar perante a previdência social, segundo dados do site do senado baseados em dados fornecidos pelo governo em 2020 o BPC chegou a 4,6 milhões de brasileiros. (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Em 1994 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que visava discutir as questões relacionadas a insegurança alimentar e a fome. (CRUZ, 2017, p.4).

De acordo com MENEZES E MARTINS, os comitês da Campanha contra a fome da época foram aos poucos perdendo sua força diante do governo vigente:

> Os comitês da Campanha contra a Fome, de início, preservaram sua mobilização e elegeram novas bandeiras para congregar seus esforços – primeiro a luta por mais emprego e, depois, pela reforma agrária. Mas, pouco a pouco, foram perdendo seu ímpeto, o que de um lado mostrava a impossibilidade de manter uma campanha por longo tempo e, de outro, a perplexidade diante do novo governo para o qual a participação social não tinha qualquer importância (MENEZES E MARTINS, [s.d], p.3).

As ações voltadas ao combate à fome e a miséria, foram de caráter emergencial, seus efeitos a longo prazo não foram estudados a fundo, contudo esses movimentos sociais continuam atuante na sociedade.

Durante o mandato de Franco, se tem a Assistência Social Federal centralizada por meio do Ministério de Bem-Estar Social através de duas grandes agências: Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA). (SILVA, 2015, p.3). A CBIA prestava serviço de assistência a menores.

A LBA surgiu em 1942, prestava assistência às famílias dos combatentes de guerra:

> (...) O governo brasileiro criou a LBA para atender às famílias dos expedicionários brasileiros. Terminada a guerra, a LBA se volta para a assistência à maternidade e à infância, iniciando a política de convênios com instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência (YAZBEK,2012, p.5).

Após o fim da guerra, a Legião Brasileira de Assistência passou começou a prestar assistência às famílias necessitadas, em 1969 a ser Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA), vinculada ao Ministério do Trabalho e a Previdência.

A FLBA continuou ativa durante o mandato de Franco.

A economia estava em colapso durante o mandato de Franco, por consequência do mandato anterior de Collor, que resultou em inúmeros problemas na economia:

> (...), contudo, esse conjunto de medidas, ainda que correspondesse ao que fora preconizado pelos organismos multilaterais, não fora suficiente para solucionar o maior problema do governo: a grave crise econômica que acometia o país desde o final dos anos 1970 (PADILHA,2016, p.86).

A presidência de Franco não trouxe grandes mudanças para a área social, além da parceria com os movimentos sociais, através do PCFM.

Em 1995, no início do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o Ministério do Bem-Estar Social que era oriundo do Governo de Itamar Franco, é extinto, junto com a LBA, que se tornou a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), o Ministério do Bem-Estar Social unificou-se ao Programa Comunidade Solidária. A Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência foi extinta e os programas e Conselhos ligados a crianças e adolescentes passaram a pertencer ao Ministério da Justiça (ARQUIVO NACIONAL, 2021).

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) instaura em 1995 o Programa Comunidade Solidária que sucedia ao Plano de Combate à Pobreza e a Miséria que foi criado no governo anterior. A Comunidade Solidária visava a realizar ações governamentais centralizadas e descentralizadas a fim de formular políticas sociais mais eficazes, com a participação popular, de modo a enfrentar a questão social. (SILVA, 2015, p.4). Este programa trouxe a proposta de atuar em duas vertentes:

> A primeira, mais abrangente, voltava-se para o gerenciamento dos Programas sociais que, por apresentarem grande impacto sobre o combate à Pobreza, recebiam um selo de prioridade. A segunda frente de trabalho Consistia na identificação dos municípios de maior concentração de pobreza, Coordenação e acompanhamento dos programas selecionados nas regiões Tradicionalmente excluídas do atendimento das políticas governamentais, cuja pretensão era o envolvimento dos três níveis de governo — federal, estadual e municipal, e a sociedade civil. (SILVA, 2015, p.4).

Com isso a Comunidade Solidária visava reduzir os índices de pobreza por meio da descentralização e alcançar às camadas mais excluídas da sociedade.

No Brasil existia a necessidade de mudanças econômicas, FHC instaura então o Plano Real e este por sua vez colaborou para melhorar o planejamento dos gastos públicos, para a redução de gastos e a centralização para as áreas necessárias.

> O Plano Real em meados de 94/95 não resultou em nenhum efeito sobre a desigualdade, apesar de ter impactado com uma pequena diminuição da pobreza. Isso se daria porque os efeitos da nova moeda sobre os índices de pobreza seriam apenas uma correção das distorções neles provocadas pela elevada inflação do período anterior (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018 p.82).

O Plano Real não gerou resultados altos sobre o combate à pobreza, somente na parte econômica que estava em situação de crise, devido aos altos índices de inflação.

Em 1999, foi instituído o Comunidade Ativa, a fim de desenvolver às localidades mais pobres do Brasil, superando o assistencialismo e formando uma parceria entre a comunidade e os governos Federal, Estadual e Municipal. (SILVA, 2015, p.5). No mesmo ano da criação do Comunidade Ativa, o Congresso Nacional decidiu criar a Comissão Mista de Combate à pobreza:

> A partir dessa Comissão, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, aprovado em junho de 2001, que passou a financiar ações especificas de transferência de renda associadas à educação, bem como ações de saneamento, geradoras de emprego, por serem estas áreas consideradas de elevado impacto na redução da pobreza (SILVA, 2001 apud SILVA, 2015 p.5).

Com o Fundo de Combate à pobreza, as estratégias de pobreza puderam ser melhor financiadas e executadas. Em julho de 2001 foi criado o Programa de Combate à Miséria, que mais tarde passou a se chamar Projeto Alvorada, a partir desse programa foi instituído “um pacote antipobreza do Governo Federal”, que priorizava as regiões do Norte e Nordeste, e depois se estendeu para outros “Estados com Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano menor que 0,500” (SILVA, 2015, p.5).

O governo de FHC, focou-se na estabilização econômica e a “agenda social” acabou recebendo poucos investimentos, a partir de 2001, o presidente busca reverter essa situação, criando uma “rede de proteção social”:

> Esta "rede" introduziu no campo social de forma seletiva um conjunto de ações setoriais voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população. Essas ações conjugavam serviços sociais e transferências monetárias, com destaque para a expansão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — Pete, criado em 1996, para o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação — Bolsa-Escola, o Programa Bolsa Alimentação, o Agente Jovem e um pouco mais tarde o Auxílio Gás (2002) (YAZBEK, 2012 p.8).

Com a rede de proteção social, formada por esses programas, permitiu-se o crescimento das propostas de transferências de renda por meio das políticas sociais (YAZBEK,2012 p.8).

Ao analisarmos os níveis de desigualdade social no período de 1990 a 2001, notamos um aumento na renda da população empobrecida:

> (...) apresentam uma redução de 2,7 p.p. na renda dos 10% mais ricos da população, ao mesmo tempo em que há um aumento de 8,4 p.p. de participação na renda pelos 20% mais pobres.
> Também aponta uma diminuição de 16,4 p.p. na parcela de pessoas pobres, apesar da elevação de 0,2 p.p. na quantidade de pessoas que habitam domicílios em condição de pobreza. Outro dado importante é a redução de 2,4 p.p. das pessoas consideradas indigentes, acompanhado por uma redução de 8,6 p.p. no número de pessoas que residem em domicílios também definidos como indigentes. A autora justifica estas mudanças como resultado do Plano Real, em razão da elevação do poder de compra permitido pela estabilização do processo inflacionário. (Barros et al. 2000, p. 134 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018 p.83).

A partir desses dados, nota-se uma redução, mesmo que mínima nos índices de pobreza no Brasil, resultado do Plano Real, e dos Programas criados neste período de 1990 a 2001.

Ainda no ano de 2001, surge o Cadastro Único do Governo Federal, as famílias passaram a ser cadastradas de modo mais organizado e o Governo pode nortear-se melhor quanto a elegibilidade dos programas sociais ofertados (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.85).

No final do governo de FHC têm-se o início das políticas de transferência de renda, através dos programas que buscavam abranger os indivíduos considerados abaixo da linha da pobreza eram estes: Bolsa escola, Bolsa Alimentação, Cartão alimentação e Auxílio Gás (MARQUES, 2008, p. 239 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.82).

Durante o Governo FHC, existia o desafio da correção macroeconômica, ao mesmo tempo que eram criados os programas e os modelos de políticas sociais, o Plano Real permitiu melhor remanejamento dos gastos públicos, e possibilitou o controle sobre o processo inflacionário. (NERI, 2007, p.66 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.82).

Conclui-se que o Governo FHC, conseguiu reduzir em pequenas parcelas os índices de pobreza e iniciou a construção das políticas sociais, por meio dos programas que visavam o combate à fome e a pobreza que serviram como norte para os programas de transferência de renda, e políticas sociais mais focadas na população em situação de pobreza.

Em 2003 iniciou-se o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), neste período o governo pretendia realizar propostas de políticas focadas no crescimento econômico do Brasil e no desenvolvimento social:

> (i)num primeiro momento, principalmente durante seu primeiro mandato, 2003-2006, a continuidade da política macroeconômica pautada no tripé de metas inflacionárias, câmbio flutuante e superávit primário; (ii) num segundo momento, do final do primeiro mandato e início do segundo, 2006-2010, a mescla entre os objetivos do tripé e a adoção de políticas econômicas que pertencem ao que hoje alguns pesquisadores definem novo-desenvolvimentismo, pautado em políticas de incentivo ao crescimento econômico. (MORAIS; SAAD FILHO,2011 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.83)

O Brasil necessitava de crescimento econômico e social, a desigualdade social e a fome assolavam o país, para combater esses índices novas propostas econômicas necessitavam ser realizadas, e o Governo Lula trouxe um novo olhar para a desigualdade social e sua relação com a estrutura econômica:

> As políticas econômicas adotadas no Governo Lula, contextualizadas pela proposta novo desenvolvimentista, apresentam a necessidade de crescimento econômico ao longo do tempo para combate à desigualdade social, de modo que esse crescimento permita o nível necessário de atividade econômica, assim como o nível de arrecadação tributária para a geração de reservas que viabilizem as políticas públicas de distribuição de renda. Porém, essa perspectiva também incorpora que a questão social apresenta um problema estrutural, que faz necessário políticas de estímulo ao ingresso das pessoas no mercado de trabalho e elevem sua renda, como as políticas universais de acesso à educação, por exemplo. Outra ótica para a necessidade do crescimento econômico advém do fato de que a "qualificação sem crescimento produzirá [...] uma gama de trabalhadores bem-educados subempregados ou desempregados" (Sicsú et al., 2007, p. 523 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.84).

As medidas adotadas na presidência de Lula, trouxeram mudanças econômicas e sociais, além de trazer uma nova perspectiva com relação a questão social, o Governo Lula tratava as políticas sociais ao mesmo patamar que as políticas de caráter econômico e mudou a visão da Assistência Social que existia, para uma concepção de direito social para a população desfavorecida (SAMPAIO, 2010, p.257 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.84).

O presidente Lula anunciou o Programa fome zero em 2003, que visava substituir o programa Comunidade Solidária vindo do governo FHC, o Programa Fome Zero se caracterizava como um grupo de programas de âmbito governamental e visando o combate à fome e a miséria:

> Bolsa Família; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Construção de Cisternas; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Restaurantes Populares e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) (SILVA, 2010, p.162).

O Programa Fome Zero trouxe a proposta de enfrentamento da fome e pobreza que em 2003, atingia 40 milhões de brasileiros, o programa destacava que a segurança alimentar deve ser um direito de todo cidadão. (PROJETO fome zero, 2001, p.84 apud SILVA, 2015, p. 5;11). As estratégias de ação do Programa Fome Zero forneceram um rumo para que mais tarde o PBF fosse criado no formato de transferência de renda.

No ano de 2003, Lula implanta a primeira proposta de transferência de renda no combate à pobreza: o Programa Bolsa Família, com o intuito de diminuir os índices de pobreza que existiam nesse período. Em 2004, foi sancionada a Lei número 10.836 que regulamentou o Programa.

O Programa Bolsa família surgiu a partir da unificação dos programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, cartão alimentação e Auxílio Gás e tornou-se um programa com a modalidade de transferência de renda.

> Os programas agregados ao PBF foram: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Os ganhos de eficiência obtidos dessa agregação e a redução de custos não se deram apenas por parte do Governo Federal, enquanto gestor dos recursos, mas também das famílias beneficiárias, dado o aumento de agilidade para liberação da verba, bem como a redução da burocracia para acesso aos programas (Weissheimer, 2006, p. 25 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p. 86).

Portanto é possível observar que a mudança no programa trouxe ganhos para a população em situação de vulnerabilidade, bem como proporcionou as famílias mais autonomia para usufruir do dinheiro obtido pelo PBF.

O Programa trouxe mudanças significativas no cenário de pobreza no Brasil, por consequência mudou a posição do Brasil no ranking mundial dos países com maior número de pessoas em situação de pobreza, assim como cita o relatório de Desenvolvimento Humano de 2005:

> O RDH 2005 apresenta também o mais recente quadro do desenvolvimento humano no mundo. No que diz respeito ao ranking dos países quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil ocupa hoje a 63ª colocação, num total de 177 países e territórios. Tal mudança em relação ao ranking do RDH 2004, no qual o Brasil aparecia em 72º lugar, se deve principalmente a uma recente revisão e atualização de indicadores, tanto no que diz respeito à metodologia quanto aos dados utilizados. (ALMEIDA, 2005).

A partir desses dados, observa-se os efeitos positivos a longo prazo por meio da implantação PBF no Brasil, tivemos mudanças, mesmo que em um pequeno percentual na estrutura social e econômica do país. O PBF que foi implantado no início do Governo Lula com a caracterização de transferência de renda, conseguiu retirar muitas famílias do índice de pobreza nos anos após 2003, como citam os dados acima.

> O período do Governo Lula, 2003-2010, foi marcado por uma sucessão de projetos políticos. Em 2003 havia o conflito interno do governo entre manter a agenda econômica liberalizante ou partir para uma intervencionista, impedindo maiores avanços de investimento nas áreas sociais focalizadas. A partir de 2006 o governo se rende às propostas de maior intervenção, com uma estratégia que visava conciliar crescimento econômico e desenvolvimento social, possibilitada pela melhoria das contas públicas que permitiram o aumento do gasto público. Se realmente persistiu no governo alguma dúvida a respeito do grau de intervenção estatal na economia, a crise econômica de 2008 acabou por finda-la, fazendo com que o governo abarcasse conjuntamente as políticas sociais tanto universais como focalizadas. A crise de 2008 elimina os resquícios liberais nas pautas governistas, justificando aumentos do gasto público. Já quanto às políticas de assistência social, passa a haver um novo consenso, onde não se comparam mais a eficácia entre as ações focalizadas ou universais que, antes, passam a ser tidas como complementares (Fagnani, 2011, p. 45 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA,2018, p.88).

O Governo Lula, trouxe um olhar mais significativo a questão social no brasil, e implantou diversos programas nas áreas da educação, social e econômica, Lula ainda é reconhecido atualmente por seu governo de cunho social que trouxe mudanças positivas para o Brasil durante seu mandato.

Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil em 2011, buscando reduzir os riscos presentes na economia brasileira e continuou com o foco na redução da pobreza, assim como o Ex Presidente Lula (CARLEIAL, 2015, p.4).

> Em resumo, as medidas adotadas foram: redução da taxa de juros Selic e pressão pela diminuição dos spreads bancários, uso intensivo do BNDES, aposta na reindustrialização; desonerações, incremento do Plano de Investimento em Logística, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional. Para Singer, tais medidas representaram uma ousadia intervencionista que “em face do reformismo fraco até então vigente, a nova matriz implicava em comprar brigas inéditas (...) enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes” (SINGER, 2016:33 apud GUILHERME, 2017, p.8).

Dilma buscou reduzir os níveis de pobreza e uma de suas medidas foi o Plano Brasil sem Miséria (PBM) que foi lançado em maio de 2011, devido aos altos índices de pobreza:

> Dados do IBGE/Censo 2010 identificaram no país um contingente de pessoas em extrema pobreza que totalizou 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total do país. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, entre as pessoas em extrema pobreza elas representam pouco menos da metade (46,7%); o restante (53,3%) localiza-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população — 84,4%. (YAZBEK, 2012, p.11).

Esses dados são preocupantes, dado o fato que o PBF, já estava em vigor, contudo não era suficiente para retirar as famílias do índice de pobreza, uma vez que a pobreza tem multifaces e era necessário investimento em várias áreas sociais a fim de diminuir os índices de pobreza.

O Plano Brasil sem Miséria, trabalhou por meio de três eixos:

> 1- Garantia de renda: através do Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse eixo é a porta de entrada das famílias "extremamente pobres" às diversas ações do plano. É rigorosamente 11 Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social necessário que tais famílias estejam vinculadas aos programas de transferência de renda; 2- Acesso a serviços públicos: ampliação da oferta de serviços públicos nas áreas de assistência social, educação, habitação, documentação, apoio à população em situação de rua, segurança alimentar, luz, PAC, trabalho infantil e saúde. (Ex: CRAS, CREAS, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Saúde da Família, Programa Farmácia Popular, Projeto Olhar Brasil, Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária, Programa Minha Casa Minha Vida, etc.) 3- Inclusão produtiva: aumentar a produção no campo e gerar ocupação e renda na cidade. (Ex: PRONATEC, ProJovem, Microempreendedor Individual, Programa Água para Todos, etc) (LOPES, 2018, p.11).

O PBM atuava de modo multidimensional e buscava através do PBF ampliar o acesso a renda das famílias, além de buscar gerar emprego e desenvolvimento social, contudo o Plano atuava dentro dos limites governamentais.

> Longe de resolver a questão estrutural da pobreza, o Plano apenas ameniza a situação de vulnerabilidades que a população se encontra criando, assim, uma relação assistencialista com a população atendida. Dessa maneira, promove-se um consenso e um controle social que silencia as reais causas da desigualdade e mantém, assim, o círculo vicioso da reprodução da pobreza que é fundamental para a acumulação capitalista (LOPES, 2018, p.11).

Nota-se que o PBM tinha objetivos bem definidos com relação ao enfrentamento da pobreza, entende-se que no contexto capitalista planos como o Brasil sem Miséria atuam somente como paliativo, uma vez que no Brasil existe um grande acúmulo de capital por uma pequena parcela da população, desse modo a distribuição de renda se torna desigual. O PBM continuou ativo nos próximos Governos.

O governo Dilma trouxe ganhos para a economia e o mercado de trabalho por meio de uma política desenvolvimentista.

> Já a formalização do mercado de trabalho, segundo Rais/Caged/MTE é grandiosa, pois entre 2003 e 2014 foram criados 21,2 milhões de novos postos de trabalho. Não há o que discutir: foi uma revolução no mercado de trabalho. Um outro dado positivo para os trabalhadores foi o ganho real obtido nas negociações salariais. Do total dos reajustes examinados, em 2014, pelo Dieese, 92% apresentaram aumento real, enquanto 6% igualaram-se ao índice inflacionário e 2% não obtiveram ganhos reais (Dieese, 2015 apud CARLEIAL, 2015, p.5).

As políticas adotadas no governo Dilma trouxeram ganhos sociais e econômicos para o Brasil, contudo em 2016 houve o impeachment da presidenta:

> Na justificação para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso (AGÊNCIA SENADO, 2016).

Após o impeachment, o vice de Dilma Rousseff, Michel Temer (2016-2019) assumiu a presidência do Brasil, dividindo opiniões sobre a legalidade da ação de impeachment.

> Uma vez que o objetivo de um golpe parlamentar é implantar uma agenda política, econômica e social que não passou pelo crivo do voto popular, impõe-se ao grupo golpista a urgente ocupação e rateio de todos os postos estatais. As primeiras ações do governo Temer16 demonstram inclinação antipopular e desmanche da rede de proteção social constitucional, numa “avalanche de legislação tentando redesenhar o território político e social do país”. Provando assim que “não faz parte da agenda dos usurpadores patrocinar debates públicos”. (GUILHERME, 2017, p.14).

O Governo de temer era pautado no conservadorismo, e devido as circunstâncias de sua posse causou reprovação por parte da população. Michel Temer realizou vários cortes nas áreas da Assistência Social:

> Nesse sentido, algumas medidas neoliberais podem ser destacadas e mais bem explicitadas nos seus impactos quanto às bases estruturantes do Suas: aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias com base no executado de 2016, o que implicou a redução de recursos para 2017; congelamento de recursos pelos próximos vinte anos, com a aprovação do Novo Regime Fiscal (PEC n. 55) e implantação do Programa Criança Feliz, definido pelo Conselho Nacional de Assistência Social como Primeira Infância no Suas (Resolução n. 20, de 24 de novembro de 2016), sem discussão coletiva e aprofundada nas instâncias do Suas, e aprovação no mês seguinte ao decreto que cria o referido programa (SILVEIRA, 2016, p. 501 apud SILVA, Mossicleia, 2018 p.13).

Com esses cortes nos recursos da Assistência Social, a população que necessitava da Assistência Social foi atingida, de modo que com a redução, os

Programas e Projetos sociais não obtiveram meios de serem implantados com excelência.

A implantação do Programa Criança Feliz (PCF) tem como numeração o decreto n.8.869/16 de 5 de outubro de 2016, inicialmente tinha seu foco em nas famílias que tinham em sua composição gestantes e crianças:

> Como público-alvo o Programa define: gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias, e deve priorizar: I - Gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; II - Crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; e III - Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias (SILVA,Mossicleia, 2018,p.14).

O Programa busca através de visitas domiciliares estabelecer vínculos entre pais e filhos, apoiar as gestantes e suas famílias para o nascimento de seus filhos. O PCF busca a inclusão das crianças nas políticas públicas e auxilia as famílias no desenvolvimento saudável de seus filhos. O Decreto do PCF foi alterado em 2018 que leva a numeração 9.579, de 22 de novembro de 2018 (MDS, [2018?]).

Em suma o Governo de Temer trouxe varias perdas para as áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, suas medidas tinham um caráter conservador e assistencialista.

> (...) os valores das políticas de transferência de renda e do salário mínimo mantiveram-se defasados. Contudo, a retórica utilizada por Michel Temer de que o aumento de 4,6% do Bolsa Família não cabia no orçamento contrasta com a sua atitude de sancionar, no mesmo interstício de tempo, o reajuste salarial de setores privilegiados do serviço público, ocasionando um impacto de 8 bilhões de reais, dez vezes a mais do que seria destinado ao Bolsa Família (SOUZA; SOARES, 2019, p. 19).

Esses prejuízos na economia e para a área social continuaram com o próximo mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019- atualmente), Bolsonaro realizou cortes na previdência, nos programas sociais e na saúde. Uma de Suas propostas era a diminuição no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

> O governo Jair Bolsonaro ainda pretendia alterar as regras para o público que hoje recebe o Benefício da Prestação Continuada, que é concedido a idosos e pessoas com deficiência. “A principal mudança seria o valor do pagamento, que não ficaria atrelado ao salário mínimo, como é hoje” (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019 apud SEFAIR, CUTRIM, 2019 p.35).

A proposta não foi aderida e o valor do BPC continuou acompanhando os valores do salário mínimo nacional.

Em abril de 2020 foi anunciado Estado de calamidade devido a pandemia do COVID-19, e novas medidas precisaram ser realizadas a fim de auxiliar a população foi então sancionado o Auxílio Emergencial, que foi um benefício do Governo Federal que buscou através da transferência de renda, auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade o Auxílio Emergencial, suas regras e o decreto vigente foi detalhado no item 4.3 do presente trabalho.

A comitiva de Jair Bolsonaro apresentou duas novas propostas de programas para reformular o PBF, o Programa Renda cidadã, cuja proposta foi criada pelo Senador Márcio Bittar, que propunha uma renda mínima através da PEC 186/2019 e o programa Renda Brasil, que pretende congelar os benefícios repassados através do BPC, Paulo Guedes foi o autor da proposta e alguns economistas acreditam que com esse congelamento será possível tirar fundos para financiar o Programa Renda Brasil, a proposta ainda pretende reformular outros 27 programas sociais, contudo o Presidente não aprovou ambas propostas.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo abordaremos o Programa Bolsa Família, a sua origem, quais os impactos econômicos e sociais ao longo da história, desde sua criação em 2003 até os dias atuais, e em seguida será dissertado sobre o Centro de Referência de Assistência Social, sua criação, qual a legislação vigente, o surgimento do SUAS e da PNAS e como é realizado o trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade no CRAS.

3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O PBF foi criado com a proposta de atender as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, através de um eixo estratégico para integrar políticas sociais e ações de educação e combate ao trabalho infantil, foram unificados vários programas de transferência de renda: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio

Gás, o Cartão Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- Peti e o Agente Jovem. (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018 p. 9). Além do objetivo e retirar as famílias do índice de pobreza, o PBF, visava erradicar o trabalho infantil através da obrigatoriedade da frequência escolar, chamada de condicionalidade, as crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e de crianças de 0 a 6 anos, precisam ter uma frequência mínima escolar imposta pelo programa. (SILVA, 2010, p.4).

> O maior efeito do Programa Bolsa família é a redução de 2,50% (Brasil) na probabilidade de a criança não estudar e nem trabalhar. Essa redução chega a 4% quando se trata da área rural. Em relação às regiões geográficas, constata-se uma redução da ociosidade de aproximadamente 3,5% no Norte e Nordeste do país. (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010 p. 11).

O efeito do PBF sobre o trabalho infantil é pequeno, contudo, já é significativo para que uma parcela de crianças e adolescentes não sejam explorados e permaneçam na escola.

O PBF é acessado através do Cadastro Único (Cadúnico), onde conterá informações que serão utilizadas pelo governo para a avaliação da concessão do benefício, o valor dele poderá variar de acordo com a renda per capita, a quantidade e idade das pessoas inseridas no Cadúnico e se existem gestantes na composição familiar. O PBF tem como normativa a Lei número 10.836 que cita às regras de como o benefício é aplicado:

> (...) II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;
>
> III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.
>
> IV - O benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:
>
> a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; e
>
> b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R$ 70,00 (setenta reais) per capita. (BRASIL,2004).

Entende-se como família:

> § 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:
>
> I - Família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros; (BRASIL,2004).

Com isso os indivíduos dentro de um núcleo familiar, com ou sem filhos que possuam renda compatível com a exigência do PBF podem solicitar o benefício.

> O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R$ 89,01 e R$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. (GOVERNO FEDERAL, ([2021]).

Após a solicitação do PBF por meio do CRAS, o Governo Federal decide os valores a serem repassados, e são divididos na categoria de benefício básico e benefícios variáveis:

Tabela 1- Regras do Programa Bolsa Família

Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. R$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade

Benefício Variável Vinculado à Gestante R$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.
Benefício Variável Vinculado à Nutriz. R$ 41,00	Pago às famílias com renda mensal de até R$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R$ 48,00 (até dois por família)	Pago às famílias com renda mensal de até R$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes
Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família.	Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. - O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a

	quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R$ 89,00 de renda por pessoa.

Fonte: GOVERNO FEDERAL. (2019).

O benefício básico é voltado para famílias extremamente pobres, os benefícios variáveis são limitados até 5 por família (GOVERNO FEDERAL, 2019).

A renda familiar é calculada pelos rendimentos declarados no Cadúnico, não contabilizando os valores recebidos por outros programas de transferência de renda, contudo segundo a Lei 10.836: “à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas”. (BRASIL,2004), dessa forma os usuários podem acessar o PBF através do Cadúnico, que é realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

As condicionalidades propostas pelo PBF: “são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para reforçar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos”. (BRASIL, 2019, p.8). As condicionalidades são divididas no âmbito da educação, saúde e Assistência Social.

> Na área da educação: os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola. A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, durante o período letivo.
> Na área da saúde: os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, a cada 6 meses conforme calendário de acompanhamento. As gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde. (BRASIL, 2018).

Na área da Assistência Social os CRAS têm a responsabilidade de acompanhar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidade e buscar identificar possíveis vulnerabilidades através destes descumprimentos.

As condicionalidades têm suas funcionalidades bem direcionadas.

> Garantir que o poder público ofereça os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza;
> • identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos;
> • encaminhar famílias em descumprimento de condicionalidades para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e

> • contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza (BRASIL, 2018).

Esses compromissos do PBF os beneficiários assumem servem como uma parceria entre as esferas Governamentais, Municipais e Estaduais e os usuários, a fim de monitorar os índices de família em situações de vulnerabilidade, incentivar crianças e adolescentes para permanecer na escola e incentivar a busca pela saúde a fim de que crianças e adolescentes tenham um crescimento saudável.

O descumprimento das condicionalidades resulta em penalidades:

> Advertência: a família é comunicada de que ocorreu descumprimento de condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício. Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela.
> Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses e a família não receberá os valores referentes a esse período13. As suspensões podem ser reiteradas, ou seja, aplicadas repetidas vezes.
> Cancelamento: a família deixa de participar do PBF (BRASIL, 2015b).

Se houver o descumprimento das condicionalidades as famílias são avisadas através de sua conta, e muitas vezes são convocadas a comparecer ao CRAS, dependo da gravidade da penalidade.

As famílias que contabilizavam renda per capita de R$ 50,00 eram classificados em situação de extrema pobreza, e aquelas que tinham como renda per capita R$ 100,00 foram consideradas famílias em situação de pobreza, esses números e valores foram decididos em 2003, quando a pobreza e a fome abrangiam milhões de pessoas, assim como cita o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: “Em 2003, havia 40,9 milhões de pessoas em situação de pobreza no país, número que foi reduzido para 19,1 em 2012. ” (IPEA, 2013).

Em 2004 foi sancionada a Lei número 10.836 que regulamenta o PBF e cita suas especificidades.

O objetivo da criação do PBF era retirar as famílias do índice de pobreza e extrema pobreza o que gerou resultados, nota-se que houve mudanças na conjuntura de 2005, um ano após a instauração do PBF, devido a transferência de renda do programa:

> (...) em média, após 2004, a pobreza extrema cai 1,3 ponto percentual (p.p.) por ano com a transferência. Entretanto, em termos relativos, em torno de um T Texto para Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos quarto da pobreza extrema é abatido pelas transferências do PBF. Para a linha mais alta, de R$ 178 per capita, a redução percentual é um pouco maior, em média 1,6 p.p., mas relativamente menor, em torno de 15%. (SOUZA, OSORIO, PAIVA*, et al* 2019 p. 19).

Com esses dados, nota-se que o PBF, já havia gerado mudanças econômicas no ano de 2004 com relação aos índices de pobreza, devido a transferência de renda. Marques, 2008, p. 241, cita que em 2006, já existiam mais de 11 milhões de famílias beneficiarias do PBF, mais de 25% da população total, houve ainda um aumento no poder de compra, graças ao Governo Lula, que reduziu em 6% o índice de Gini que calcula a desigualdade social:

> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

O Gini caiu gradativamente quando foi comparado aos anos 2002 e 2007, (SOUZA, 2009, p.48 apud CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018, p.87).

Em 2010 o total de beneficiários era de 12,5 milhões, e destas 4,3 milhões superaram a extrema pobreza que o PBF caracterizava como uma renda per capita de R$ 70,00 mensais, contudo os índices de desigualdade social ainda permaneciam altos. (YAZBEK, 2012, p.9).

Em 2011 houve um aumento no acesso ao PBF, a tabela abaixo traz dados sobre o acesso a renda por parte da população pobre:

Tabela 2-Composição relativa da renda dos estratos-Brasil (2003-2011)

TABELA 1
Composição relativa da renda dos estratos – Brasil (2003 e 2011)

Fontes de renda	Extremamente pobres (%)		Pobres (%)		Vulneráveis (%)		Não pobres (%)		Total (%)	
	2003	2011	2003	2011	2003	2011	2003	2011	**2003**	**2011**
Trabalho	75,6	33,2	77,4	66,9	76,0	72,5	76,0	78,0	**76,1**	**76,6**
< 1 SM	56,8	31,6	22,7	38,7	5,8	8,7	0,3	0,8	**2,9**	**2,9**
= 1 SM	9,8	0,9	18,3	16,8	6,8	11,6	0,4	1,2	**2,8**	**3,5**
> 1 SM	8,9	0,8	36,4	11,4	63,4	52,2	75,3	76,0	**70,4**	**70,2**
Previdência	5,8	1,2	13,8	9,3	19,1	19,9	18,3	17,6	**18,3**	**18,0**
<= 1 SM	5,3	1,1	12,3	7,9	12,0	15,5	1,4	3,0	**4,6**	**5,7**
> 1 SM	0,5	0,1	1,5	1,4	7,2	4,4	17,0	14,6	**13,7**	**12,3**
BPC	0,5	0,1	0,7	1,6	0,3	1,8	0,0	0,2	**0,1**	**0,6**
PBF	10,5	60,9	3,1	17,6	0,4	2,5	0,1	0,1	**0,3**	**0,9**
Outras	7,7	4,6	5,1	4,7	4,2	3,2	5,5	4,1	**5,2**	**3,9**
Total (%)	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	100,0	100,0
Renda *per capita* (R$ de 2011)	42,92	38,74	104,39	109,84	301,32	338,34	1.451,32	1.443,89	**546,63**	**770,37**

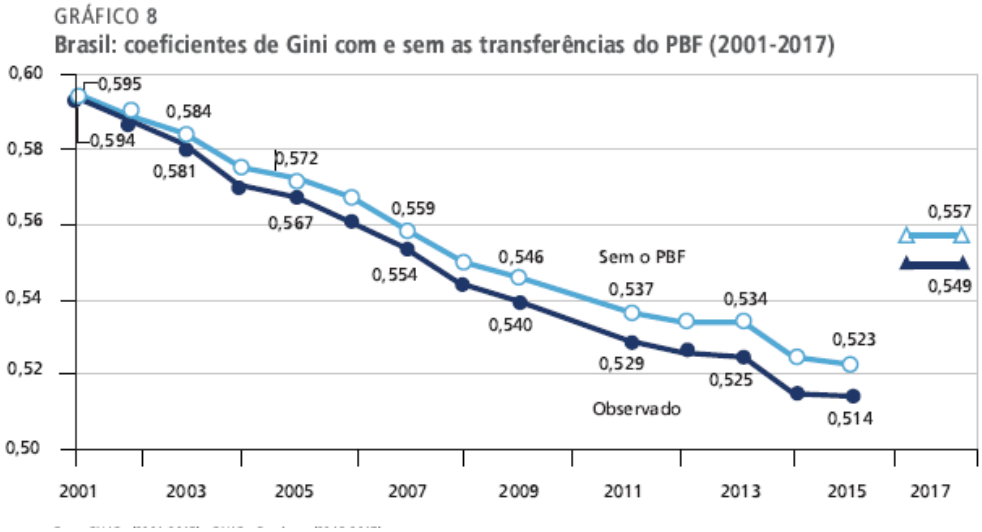
Fonte: PNAD/IBGE apud IPEA. (2014).

Nota-se que com o PBF, o número de famílias em situação de pobreza, reduziu, contudo, ainda não foi suficiente, dados mostram que a renda principal da população pobre era provida principalmente pelo PBF, quando comparamos os dados de 2003 e 2011, nota-se que houve um aumento de pessoas que recebem o PBF e que estão na faixa da linha da pobreza, ao mesmo tempo que a fonte de renda acessada pelo trabalho diminuiu em 2011.

Em 2012, o programa atendia mais de 13 milhões de famílias no Brasil, contudo YAZBEK (2012, p.9) cita que alguns estudos mostram que alguns beneficiários continuaram trabalhando mesmo recebendo o PBF, isso demostra que em 2012, o PBF, supria apenas uma renda básica para as famílias.

Ao analisarmos os dados de 2001 a 2017, sobre os efeitos do PBF sobre a desigualdade, surgiu efeito sobre a pobreza, mesmo que a uma porcentagem menor:

Gráfico 1- coeficientes de Gini com e sem as transferências do PBF



Fonte: PNADS (2001-2015) e PNADS continuas (2016-2017)

Esses dados mostram que ao longo de 2001 a 2017, a porcentagem de gini caiu muito pouco com a implementação do PBF, assim como citam os autores SOUZA, OSORIO, PAIVA*, et al*: “Depois de 2004, o efeito redistributivo do PBF torna-se bem delineado, e em todos os anos a distribuição após as transferências é menos desigual. Em média, os Ginis caem entre 1% e 1,5% após o PBF ” (SOUZA, OSORIO, PAIVA *et al* 2019, p. 23).

Analisando o período de 2012 a 2018, com relação a diminuição da desigualdade social e a transferência do Programa Bolsa Família nota- se que houve um aumento no acesso por parte das famílias e consequentemente uma redução no número da desigualdade social.

> A capacidade do PBF de reduzir a desigualdade de renda já era muito alta no início do período analisado. Seu coeficiente de concentração teve uma queda não trivial de 6,0 p.p. no período entre 2012 e 2018 (de -0,58 para -0,64, segundo a PNAD Contínua), o que revela que investimentos adicionais no programa terão impacto direto na redução da desigualdade de renda no país. Apesar disso, estima-se que quase uma em cada cinco pessoas que estão entres os 10% mais pobres no Brasil não esteja recebendo transferências do programa (PAIVA, SOUSA E NUNES, 2020, p.38).

Apesar da redução ter surtido efeito nos índices de desigualdade social, parte da população pobre que acessa o PBF, sofreram uma queda em sua renda.

> Entre 2014 e 2018, a renda dos 5% mais pobres no Brasil caiu 39% e, como consequência, o contingente da população em extrema pobreza aumentou em 71,8% neste interim com incorporação de cerca de 3.4 milhões de novos pobres extremos. Este aumento na extrema pobreza ocorreu em função da recessão econômica, mas também por desajustes no Bolsa Família (PBF). (FGV SOCIAL, 2020).

A situação social em 2018, é preocupante visto que a pobreza atinge níveis altos, o PBF, como programa principal de transferência de renda auxilia na diminuição desses índices, contudo devido ao contexto social de 2018, relatado nos dados acima, muitas famílias se tornaram parte dos índices de pobreza.

Em 2019 o cenário não é muito diferente com relação aos desajustes de valores:

> Em 2019 análise é diferente por conta de um benefício extra oferecido somente em dezembro de 2019**. Em um cenário no qual esse benefício extra foi diluído ao longo do ano, as perdas em 2019 chegariam a -1,64%. Levando em consideração o cenário do benefício concedido somente em dezembro, a variação foi de -9,2% para os demais meses do ano e um ganho extraordinário de 81,6% concentrado somente em dezembro de 2019, revertido na virada do ano. Esta sequência de quedas do programa em anos ímpares que correspondem a períodos pós-eleitorais sugere continuidade de uso do programa de acordo com o calendário das eleições. (FGV SOCIAL, 2020).

Com a eleição de 2019 do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, houve ameaças do fim do programa, porém não ocorreu, contudo, o Governo retirou várias famílias do Programa:

> O Ministério da Cidadania fechou o ano de 2019 com mais de 1,3 milhão de benefícios do Bolsa Família cancelados em todo o Brasil. A ação foi motivada após a identificação de irregularidades apontadas pelos processos de revisão e averiguação cadastral feitos pelo ministério. A estimativa é de uma economia de R$ 1,4 bilhão, considerando o valor médio pago mensalmente. (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

No início do ano de 2020, houve a contaminação do Coronavírus (COVID-19), no Brasil, com isso foi criado o Auxílio Emergencial, para suprir às famílias que já eram beneficiárias do PBF, ou que já estavam cadastradas no Cadúnico.

> A Caixa Econômica Federal informou que, até as 12h desta quarta-feira (08.07), R$ 121,1 bilhões já tinham sido creditados via Auxílio Emergencial para 65,2 milhões de pessoas. São 19,2 milhões aprovados via Bolsa Família, 10,5 milhões pelo Cadastro Único e 35,7 milhões por meio de site ou aplicativo. Ao todo, são mais de 124,2 milhões de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente, levando em conta os contemplados e suas famílias. O número representa mais de 58% da população brasileira. (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Com o Auxílio Emergencial, muitas famílias pobres tiveram acesso a renda para suprir suas necessidades neste momento de pandemia. O Auxílio Emergencial será detalhado mais a fundo no quarto capítulo deste trabalho, no item 4.3.

3.2 A APROVAÇÃO DO SUAS E DA PNAS E A CRIAÇÃO DO CRAS APÓS O SURGIMENTO DAS POLITICAS NORTEADORAS

O Sistema Único de Saúde (SUAS) foi criado após debates ocorridos na IV conferência Nacional de Assistência, que foi realizada em 2003, A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), foi criada neste contexto.

> O CNAS — Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, após amplo debate coletivo, a Política Nacional de Assistência Social em vigor, que apresenta o (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do Suas — Sistema Único de Assistência Social (YAZBEK,2012, p.311).

Sancionada oficialmente em 2004, a Política Nacional de Assistência Social foi um importante avanço para a Assistência Social e para os usuários, era mais uma conquista de direitos para a população, ao mesmo tempo que colocou o Estado como responsável pelos mínimos sociais.

> Tem como principal objetivo a gestão integrada de ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil. Essa gestão supõe a articulação de serviços, programas e benefícios, bem como a ampliação de seu financiamento e o estabelecimento de padrões de qualidade e de custeio desses serviços; supõe também a qualificação dos recursos humanos nele envolvidos; a clara definição das relações público/privado na construção da rede socioassistencial; a expansão e multiplicação dos mecanismos participativos, a democratização dos conselhos e a construção de estratégias de resistência à cultura política conservadora; e, por fim, exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YAZBEK, 2012, p.311)

A Política Nacional de Assistência Social, impõe o Estado como responsável por fornecer a proteção social e a prevê como direito universal.

> A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca Genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos (SPOSATI, 2013, p.653).

A proteção social é materializada através da Assistência Social e pode ser acessada por todos os indivíduos que dela necessitarem independente de contribuição social.

A PNAS, abriu espaço para o surgimento do Sistema Único de Assistência Social, que consolidou a política de Assistência Social e traz um novo olhar sobre a assistência social, rompendo com práticas assistencialistas, buscando desse modo a viabilização de direitos.

> A construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social — Suas (Lei n. 12.435 de 6/7/2011), como política pública, vem se caracterizando como uma das prioridades para o avanço dessa política (YAZBEK,2012, p.313).

O SUAS específica os serviços ofertados pela Assistência social, às responsabilidades de cada equipamento e dos trabalhadores do SUAS, organiza a gestão de cada âmbito de atuação dentro da assistência social, viabiliza os serviços entre a rede privada e pública de modo compartilhado de modo a atender às demandas sociais com efetividade.

A partir da criação do SUAS no ano de 2004, os CRAS e CREAS foram implantados, em território Nacional.

> (...) articulam uma rede de proteção social básica, atendendo a população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social. Ainda, o SUAS também prevê a implantação dos CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social, para desenvolver ações com pessoas e famílias que tiveram seus direitos violados (MARTINS e MAZUR 2009)

O CRAS atende usuários e suas famílias em situação de vulnerabilidade social atuando por meio da proteção social básica que se denomina por ações de caráter preventivo, a fim de prevenir possíveis situações de risco pessoal ou social. (MARTINS E MAZUR, 2009 p.4).

O CRAS possui diretrizes, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para sua implantação em território:

> Nos municípios de pequeno porte I e II, o CRAS pode localizar-se em áreas centrais, ou seja, áreas de maior convergência da população, sempre que isso representar acesso mais facilitado para famílias vulneráveis, das áreas urbanas e rurais. Todavia, essa escolha deve ser criteriosa, e não uma regra, já que os municípios são bastante distintos uns dos outros (MDS 2009, p.34)

Este equipamento visa atender a população em situação de desproteção da melhor forma possível, levando em consideração às especificidades territoriais.

> O Cras oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Cras, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2015a)

Além da oferta de Serviços ofertadas pelo CRAS, os/as assistentes sociais realizam o atendimento social, através da escuta qualificada, respondendo às demandas sociais dos usuários que procuram o equipamento.

O trabalho das Assistentes Sociais dentro dos equipamentos CRAS é de extrema importância:

> A responsabilidade deste profissional dentro do CRAS, oportuniza dar condições, estimular potencialidades à população assistida no território de abrangência e identificar quais são as necessidades para desenvolvimento do seu trabalho, procurando instigar esse profissional muito solicitado por usuários da proteção básica, que buscam soluções para os problemas, dentro da localização na qual ficam instalados os CRAS (EUGENIO E GONZAGA, 2019, p.2)

O CRAS por muitas vezes é a única referência de informação conhecida pelos usuários, torna-se assim uma ponte para que os cidadãos acessem os bens e serviços públicos, buscando também desta forma fornecer a proteção social prevista em lei.

4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOCIAL NAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA VILA MACEDO

Neste capitulo será abordado sobre o impacto do PBF nas famílias que são atendidas pelo CISA/CRAS localizado na Vila Macedo em Piraquara-Pr, a descrição do território que envolve o equipamento, como funciona o trabalho dos/as assistentes

sociais dentro deste equipamento, será dissertado sobre a transição do PBF para o Auxílio Emergencial que ocorreu em 2020 devido a pandemia do COVID-19.

4.1 O TERRITÓRIO DO CISA/CRAS MACEDO

O Centro de Inclusão Social do Adolescente (CISA) Macedo surgiu a partir do Grupo Atitude que surgiu no dia 25 de março de 2013, pelos autores Joyce Schmidt Gonçalves Jansen e Paulo André da Costa, o projeto tinha como objetivo:

> O Grupo Atitude Vila Macedo é vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social Piraquara Solidária (CRAS Pirasol) desde Março 2011, e tem como objetivo o desenvolvimento de trabalhos preventivos e de promoção à educação e cidadania para os adolescentes, objetivando o desenvolvimento do protagonismo juvenil e visando a potencialização de recursos psicossociais individuais e coletivos frente à sua comunidade e a sua própria vida, através de oficinas realizadas pelos próprios adolescentes e reuniões semanais para discussões de temas de interesse dos jovens, promovendo assim o desenvolvimento da autonomia, autoestima e vinculação comunitária (JANSEN e COSTA, 2011, p.1).

O Grupo Atitude se tornou o CISA Macedo e até o ano de 2020 atendia cerca de 300 jovens. O espaço é vinculado à Secretaria de Assistência Social e conta com quadra poliesportiva e salas para a realização de oficinas. Entre as atividades realizadas no local estão aulas de futebol, oficinas de jogos e artes. As oficinas, palestras e atividades propostas para os adolescentes eram bem aderidas. Além das oficinas são oferecidos passeios aos adolescentes como uma maneira de oferecer cultura e lazer. Devido a pandemia, todas as atividades com os adolescentes foram suspensas.

O CISA Macedo realiza o acolhimento de adolescentes e famílias em situação de Vulnerabilidade Social e por se tratar de um território com muitos adolescentes inseridos no tráfico o equipamento visa dar oportunidades e orientar os adolescentes como uma tentativa de amenizar esses índices. O local adere ao programa Agente de cidadania onde os adolescentes a partir de 16 anos são os principais precursores das oficinas sob orientação dos técnicos e recebem um salário de R$ 250 reais como auxílio.

O CISA Macedo tem seu serviço voltado para os adolescentes e suas famílias, além disso, dentro do CISA Macedo, funciona o Centro de Referência da Assistência Social que presta serviços à comunidade e aos usuários, o território possui alto índice de vulnerabilidade social.

O CISA/CRAS Macedo Foi construído na Vila Macedo por ser um bairro afastado e ser um local de difícil acesso ao centro de Piraquara.

O território possui diversas especificidades: Na área educacional é composto por: uma Escola Estadual, duas Escolas Municipais, dois Cmei´s, um Colégio Particular com responsabilidade social. Na área de saúde: Uma Unidade Básica de Saúde, (UBS) (Takami Tano) e um hospital dermatológico; comércios: Mercados, Farmácias, Verdurarias, Brechós, Lojas de departamentos, padarias, bares, distribuidoras, sorveterias e lanchonetes; Equipamento sociais: Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (ACRICA), uma Associação de Moradores. Transporte: linhas de transporte metropolitano: Vila Macedo/ Vila Militar, Vila Macedo, Integrar Piraquara; A Iluminação das Casas é fornecida pela rede pública, contudo existem ligações clandestinas; Equipamento de segurança: complexo penitenciário do Paraná, formado por quatro penitenciárias: feminina, masculina, colônia agrícola e educandário; Áreas de tráfico: território com índice elevado de tráfico de drogas associado ao aliciamento, e prostituição de menores de idade; Igrejas e templos: Três igrejas católicas, duas evangélicas; Conta ainda com um Cemitério Municipal.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CISA/CRAS MACEDO

O Serviço Social dentro do CISA/CRAS atua realizando: Orientações e informações sobre os critérios dos benefícios sociais do governo federal para famílias participantes do Cadastro Único com o programa bolsa família, BPC, tarifas sociais, carteira de idoso; Avaliando e entregando benefícios eventuais como cestas básicas, passagens municipais e interestaduais, auxílio funeral; Avaliando e fornecimento ofícios para retirada de 2ª vias de certidões de nascimento, casamento, óbito e/ou carteira de identidade com isenção de custas conforme lei federal 9534/97; realizando Visitas domiciliares para famílias referenciadas no CRAS: Escuta de casos, acompanhamentos, orientações e/ou posterior encaminhamento para outros equipamentos do Município como CAPS AD, CAPS II , CREAS, Conselho Tutelar, Vara de Família; Visitas e/ou acompanhamentos a famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; Visitas e/ou acompanhamentos a famílias participantes do Programa Família Paranaense; Visitas e/ou acompanhamentos solicitadas pelo setor de Cadastro Único conforme formulário de divergências; Visitas e/ou acompanhamentos a família encaminhadas pela rede de

proteção; Realização de buscas ativas solicitadas pelo Conselho Tutelar solicitadas pelo Conselho Tutelar, CREAS, CAPS, Vara de Família, etc.; Visitas e/ou acompanhamentos a famílias participantes do PAIF.

4.3 A TRANSIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020

Com a pandemia do COVID-19, que se iniciou em fevereiro de 2020, muitas adaptações precisaram ser realizadas no Brasil, com isso houve instabilidade econômica, o governo decidiu como medida provisória conceder o Auxílio Emergencial que foi direcionado para famílias ou indivíduos que não estejam realizando atividade remunerada em regime CLT e que sua renda per capita familiar não ultrapasse três salários mínimos, assim como cita o decreto número 10.316, de 7 de abril de 2020: “IV - tenha renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos;” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA , 2020).

Para os beneficiários do PBF que estavam dentro dos critérios exigidos, o Auxílio Emergencial era transferido automaticamente.

> Art. 3º O auxílio emergencial, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), será concedido pelo período de três meses, contado da data de publicação da Lei nº 13.982, de 2020, ao trabalhador que, cumulativamente:
>
> (...)I - tenha mais de dezoito anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes; (
>
> II - Não tenha emprego formal ativo;
>
> III - não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;
>
> IV - Tenha renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos;
>
> V - No ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e
>
> VI - Exerça atividade na condição de:
>
> a) Microempreendedor Individual - MEI, na forma do disposto no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou

> b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e que contribua na forma do disposto no **caput** ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou
>
> c) trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único ou que cumpra o requisito a que se refere o inciso IV do **caput**.
>
> § 1º Serão pagas ao trabalhador três parcelas do auxílio emergencial, independentemente da data de sua concessão (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020)

O valor de R$ 1.200 era depositado às mulheres chefes de família com filhos, que estivesse dentro dos critérios de renda acima e pelo menos um menor em sua composição familiar.

Com o Auxílio Emergencial muitas famílias puderam adquirir uma renda a fim de suprir suas necessidades na situação de pandemia.

> Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que cerca de 29,4 milhões de domicílios brasileiros, ou seja, 43% do total, receberam, em junho deste ano, algum tipo de medida de proteção social para enfrentar a crise causada pela pandemia do novo coronavírus, como o Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda. Na comparação com o mês anterior, foram mais 3,1 milhões de lares beneficiados (BRASIL,2020).

De acordo com as pesquisas do IPEA de 2020, muitas famílias e indivíduos, tinham apenas o Auxílio Emergencial como única renda familiar:

> Os dados mostram também que 6,2% dos domicílios (cerca de 4,25 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do Auxílio Emergencial (AE), aproximadamente a mesma proporção que em julho. A proporção de domicílios exclusivamente dependentes do AE foi muito maior no Nordeste, ultrapassando os 13% no Piauí e na Bahia. (CARVALHO, 2020, p.1).

A renda das famílias aumentou consideravelmente após a concessão do auxílio emergencial:

> (...)além disso, em média, após considerar o AE, a renda domiciliar ultrapassou em 3% a que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Esse impacto foi maior entre os domicílios de renda baixa, em que, após o AE, os rendimentos atingiram 132% do que seriam com as rendas habituais. Numa análise contrafactual, supondo que todos que receberam o AE recebessem a metade do valor em agosto (conforme será observado a partir de setembro), a renda domiciliar média se reduziria e, 5,3% com o AE reduzido, e quase 20% entre os domicílios de renda muito baixa. Entretanto, mesmo com o AE reduzido, os rendimentos domiciliares das famílias de renda muito baixa ainda seriam ainda 6% maior que as renda habituais (CARVALHO, 2020)

O Auxílio Emergencial auxiliou muitas famílias em situação de pobreza e desemprego, levando em consideração o fato de que muitas empresas fecharam diante a pandemia e deixaram muitos cidadãos desempregados, de acordo com os dados do IBGE de 2020, citados pela autora BRASIL:

> A taxa de desemprego no Brasil chegou a 14,6% no terceiro trimestre do ano, o que representa alta de 1,3 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior, quando ficou em 13,3%. Segundo informou hoje (27) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a maior taxa da série histórica, que começou em 2012, e corresponde a 14,1 milhões de pessoas (BRASIL,2020).

Além do alto índice de desempregados, muitos autônomos/autônomos sofreram uma diminuição em sua renda devido a impossibilidade de trabalhar em favor da COVID-19, de acordo com os dados da PNAD de 2020, citados pelo autor CARVALHO:

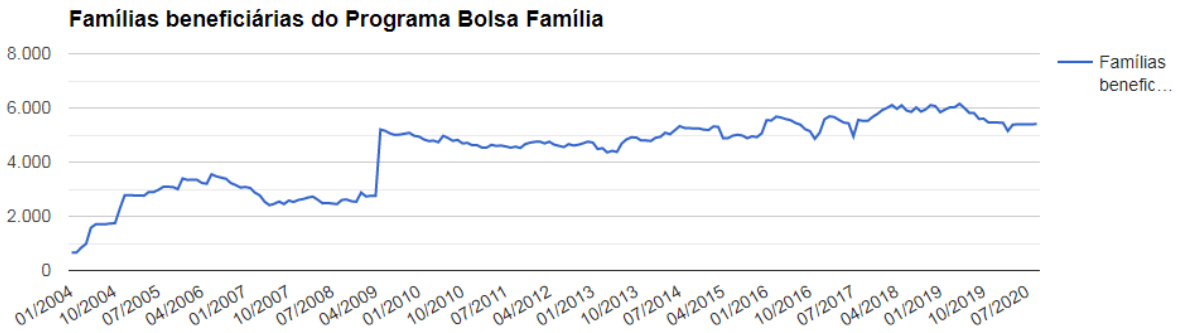
> (...)os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 76,7% do que habitualmente recebiam (contra 72% no mês anterior), tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R$ 1.487,36. Entretanto, nota-se uma recuperação mais acentuada, pois esse valor representa um crescimento de 7,7% da renda efetiva em relação a julho (CARVALHO, 2020).

Com esses dados podemos analisar os efeitos da COVID-19, sobre os trabalhadores informais e formais, fizeram com que muitas famílias recorrem à proteção social do Estado como forma de sobreviver à pandemia.

4.4 AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VILA MACEDO

O território da Vila Macedo como citado acima é composto por diversas complexidades, possui índices elevados de pobreza e muitas famílias inseridas no PBF, não existem dados específicos sobre os beneficiários da Vila Macedo em formato de gráfico, a fim de obter uma média de beneficiários, o gráfico a seguir, mostram a evolução de famílias beneficiárias no Município de Piraquara:

Gráfico 2- famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. (2020).

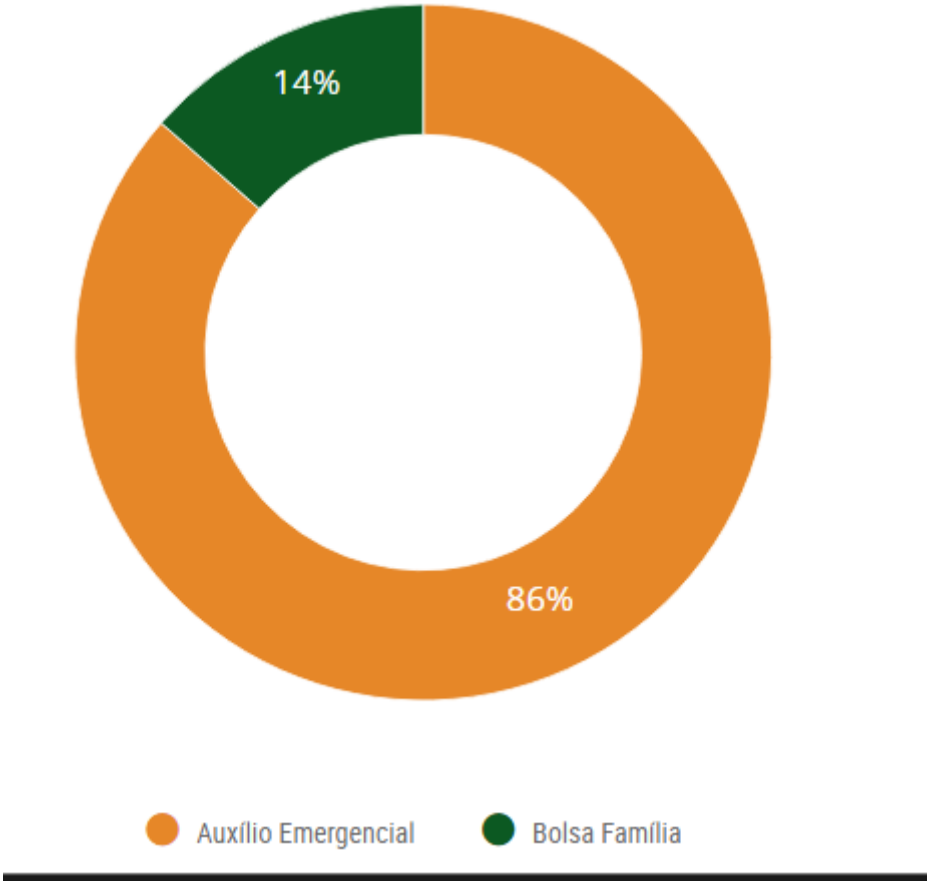
Observa-se através do gráfico um aumento significativo no número de beneficiários do PBF, esse fator pode estar associado ao aumento do índice de desemprego devido a pandemia de 2020.

Segundo os dados do site do Ministério do Desenvolvimento Social o número de famílias inseridas no cadastro único no mês de outubro de 2020 era de:

> O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui (outubro de 2020):
> 14.283 famílias inseridas no Cadastro Único;
> 10.736 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
> 11.657 famílias com renda até ½ salário mínimo; e
> 8.880 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado (Aplicações MDS, 2020).

Após a implantação do Auxílio Emergencial no ano de 2020, muitos beneficiários do PBF foram migrados para receber o Auxílio Emergencial, os dados abaixo mostram que o período de 06/2020 até 12/2020 com relação aos beneficiários do PBF e os beneficiários do Auxílio Emergencial no município de Piraquara:

Gráfico 3- beneficiários do Programa Bolsa Família e beneficiários do Auxílio Emergencial em Piraquara



Fonte: portal da transparência. (2020).

Com esses dados podemos analisar que grande parte dos usuários estavam acessando o Auxílio Emergencial, contudo, segundo observações nos atendimentos sociais no CISA/CRAS Macedo foi notado que muitas dessas famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial ainda recorriam ao equipamento em busca de benefícios eventuais e relataram que o Auxílio Emergencial era de baixo valor. Foi realizada uma pesquisa com os usuários do CISA/CRAS Macedo que será detalhada no próximo item deste trabalho.

A partir desses dados podemos observar o aumento de famílias beneficiárias em Piraquara desde o ano de 2004 em sua implantação até o ano de 2020.

Segundo os dados fornecidos pelo coordenador do Programa Bolsa Família que trabalha na secretaria de Assistência Social de Piraquara, existem 386 famílias beneficiárias do PBF, na Vila Macedo e os valores repassados variam entre R$ 89,00 e R$ 349,00 reais no mês de janeiro de 2021.

Após a suspensão do Auxílio Emergencial em dezembro de 2020, os beneficiários do Programa Bolsa Família estão voltando gradualmente a receber o benefício.

4.5 PRINCIPAIS VULNERABILIDADES APRESENTADAS PELAS FAMILIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VILA MACEDO

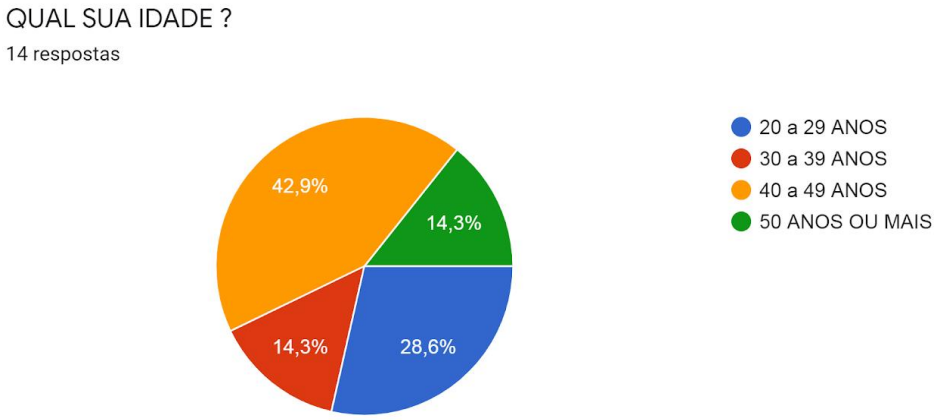
O território da Vila Macedo como descrito nos capítulos anteriores, existem níveis altos de pobreza, desemprego e baixa renda, grande parte dos usuários que frequentam o CISA/CRAS Macedo são beneficiários do PBF, foi enviado o link com um questionário para 53 beneficiários do PBF que residem na Vila Macedo, Vila Militar e Jardim Santa Mônica e que estão incluídos no PAIF, 14 responderam à pesquisa.

A análise dos dados foi baseada no método do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, para analisar os fenômenos sociais dentro da sociedade burguesa capitalista, ele acreditava que o objeto de pesquisa é dinâmico e é fundamental que se conheça o objeto a ser estudado, sem levar em consideração as visões pessoais do pesquisador. (NETTO, 2011, p.21).

As perguntas foram voltadas a questões de gestão do dinheiro do PBF, número de filhos, informações pessoais e gestão do Auxílio Emergencial.

Os dados coletados resultaram nos seguintes gráficos:

Gráfico 4- idade dos beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Os beneficiários que se encontram na idade entre 40 a 49 anos é de 42,9 %, existe um estigma social com relação a idade e mercado de trabalho, levando em consideração as respostas do gráfico 10 85,7% dos beneficiários/as não estão trabalhando no momento, existe o receio por parte das empresas em contratar pessoas que são consideradas na faixa da meia idade, de acordo com informações do site Correio Braziliense, com a redação elaborada pela autora MANSUR:

> Pesquisa da consultoria Robert Half concluiu que 69% das empresas não contrataram trabalhadores com mais de 50 anos em 2019. Entre os receios dos recrutadores com relação a esse perfil estão salário alto (31%), pouca flexibilidade (18%), desatualização (12%) e o risco de ampliar conflitos entre gerações (7%). Os 1.161 respondentes também apontaram benefícios de contratar alguém depois dos 50: experiência (86%), conhecimento (66%), resiliência e inteligência emocional (43%) e contribuir para a diversidade da organização (30%) (MANSUR, 2019).

Dessa forma torna-se difícil a recolocação desses beneficiários/as no mercado de trabalho, tornando-se dependentes do valor repassado pelo PBF.

Gráfico 5- cor de pele dos beneficiários do PBF



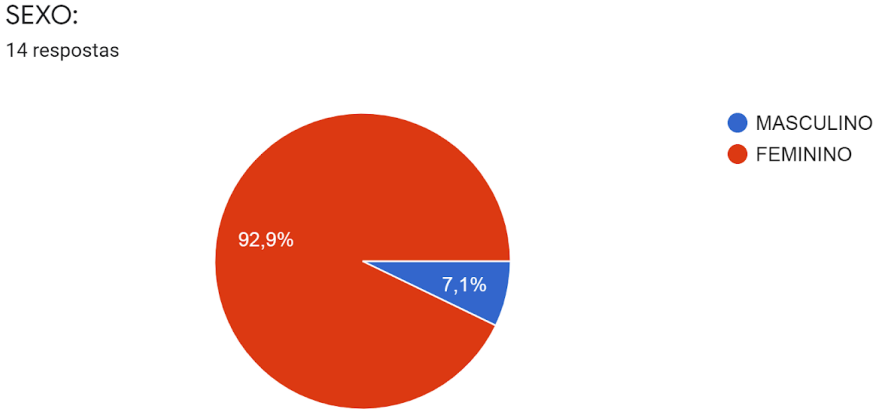
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se a predominância de pessoas que se auto declararam pardas, segundo o IBGE, é o termo correto a ser utilizado a pessoas que se enxergam como negras de pele clara, segundo pesquisadores e intelectuais desta área de estudo, as pessoas pardas e pretas estão inseridas na categoria de Negros:

> Nas pesquisas do Censo feitas pelo IBGE, é apresentada uma relação com as cinco nomenclaturas utilizadas e as pessoas precisam indicar a qual cor pertencem. Segundo Petruccelli, cada pessoa tem liberdade para dizer a sua classificação. Ele explica que pretos normalmente são as pessoas que se enxergam com a cor mais escura. Mas em relação aos pardos não há consenso. “Normalmente são as pessoas que se classificam como ‘morenas’ ou ‘mulatas’, mas isso depende na região”, afirma (PORTAL GELEDÉS, 2013).

Entende-se dessa forma que cada pessoa, se classifica da forma como mais acha correto e não devem ser discriminadas por isso.

Gráfico 6- sexo dos beneficiários do PBF



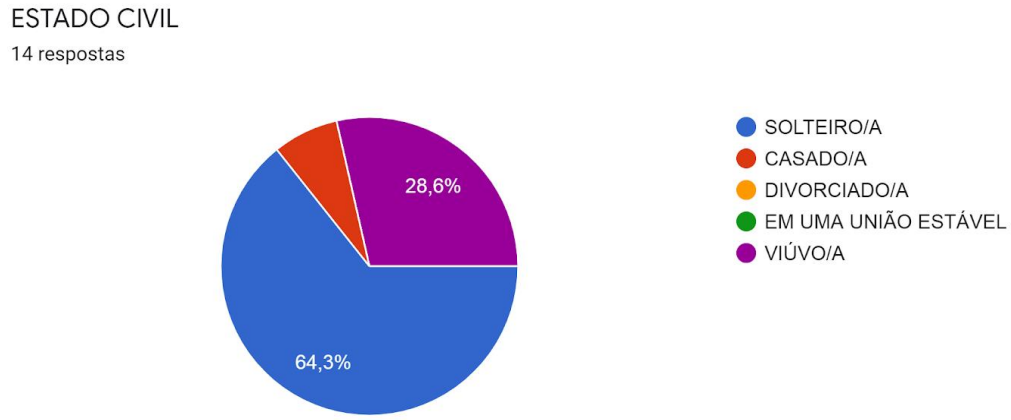
Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

A predominância de beneficiários é de mulheres, refletindo desse modo o aumento de mulheres chefes de Família e beneficiárias do PBF, que buscam na transferência de renda do PBF, um meio de sustentar sua família.

> O Programa Bolsa Família pode possibilitar a desejada autonomia às mulheres beneficiadas, pois está aliado a condicionalidades que atuam como estímulo para o cumprimento das responsabilidades que fazem parte da contrapartida. Para isso, necessária a existência de investimentos em políticas complementares de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, ação que poderia lhes propiciar o aumento da capacidade de obter autonomia financeira e, assim, permitir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (BRITO e COSTA)

Desse modo nota-se também a responsabilização da mulher para a manutenção do lar ao mesmo tempo que realiza as tarefas domésticas, fazendo com que a mulher realize dupla jornada (BRITO e COSTA, 2015).

Gráfico 7- Estado Civil dos Beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

O gráfico quatro aponta que 64,3% dos beneficiários são solteiros, levando em conta que 92,9% que responderam à pesquisa são mulheres, grande parte das beneficiárias são chefes de família e não contam com o auxílio de um companheiro para sustentar a casa.

A vulnerabilidade Social está presente nas famílias beneficiárias do PBF e principalmente nas famílias onde as mulheres é que são responsáveis pela manutenção do lar, a situação de vulnerabilidade não está limitada apenas a pobreza, também envolve abuso, exploração, em aspectos psicossociais e culturais. (PINTO, MICHELETTI, BERNARDES, FERNANDES, *et al,* 2011).

As famílias gerenciadas por mulheres têm aumentado, segundo o último estudo realizado pelo IPEA em 2009 e publicado em 2010: “Entre 2001 e 2009, o percentual

de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino" (IPEA, 2010).

Como já citado no gráfico 5, as mulheres realizam dupla jornada de trabalho esse percentual de mulheres que são chefes de família possuem a responsabilidade de trazer alimentos para seus filhos.

> O gênero feminino, mesmo que não obrigatoriamente, com frequência no âmbito familiar preocupa-se e atua mais nas atividades domésticas e familiares, o que inclui a alimentação da família. No Brasil, a segurança alimentar, do mesmo modo que outras condições sociais apresenta uma relação de sexo, de modo que as chances de existência de insegurança alimentar moderada é maior nos domicílios chefiados por mulheres, comparativamente aos chefiados por homens. (BRITO E COSTA, 2015 p.1).

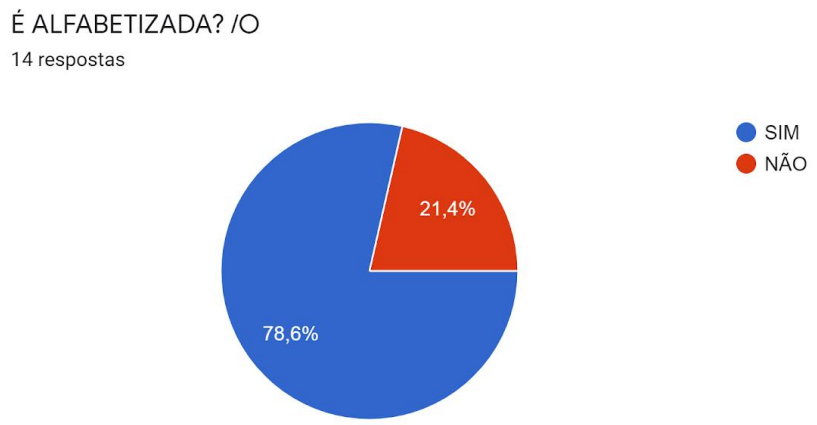
Além do sustento, organização e manutenção de suas casas, as mulheres sofrem com os preconceitos diários envoltos das relações de gênero que estão presentes na sociedade, muitas vezes são mal remuneradas realizando a mesma função que um homem, este fator colabora para a situação de vulnerabilidade social que essas mulheres se encontram (PINTO, MICHELETTI, BERNARDES, FERNANDES, *et al,* 2011, p.2).

Entre os motivos do aumento de mulheres chefes de família, estão: o abandono parental e a gravidez indesejada, conforme citam os autores PINTO, MICHELETTI, BERNARDES, FERNANDES, *et al:*

> Por outro lado, famílias chefiadas por mulheres são em grande parte decorrentes de uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e abandono. Não raro essas mulheres foram ou ainda são vítimas de violência doméstica em suas mais variadas vertentes, incluindo-se a "invisível", aquela que não deixa marcas exteriores, mas sequelas profundas em relação à sua autoestima e à busca ou reconstrução de sua identidade como mulher, como cidadã e aos preconceitos decorrentes da relação de gênero. (PINTO, MICHELETTI, BERNARDES, FERNANDES, et al, 2011, p.2).

Existe a responsabilização da mulher em vários âmbitos da sociedade, no trabalho, na criação dos filhos e nas tarefas domésticas, são diversos preconceitos enfrentados por essas mulheres que tomaram para si a tarefa de gerir uma família sem o auxílio de uma figura paterna, com isso destaca-se a importância da criação de mais programas e projetos a fim de auxiliar as mulheres chefes de famílias no sustento de suas famílias.

Gráfico 8- alfabetização dos beneficiários do PBF



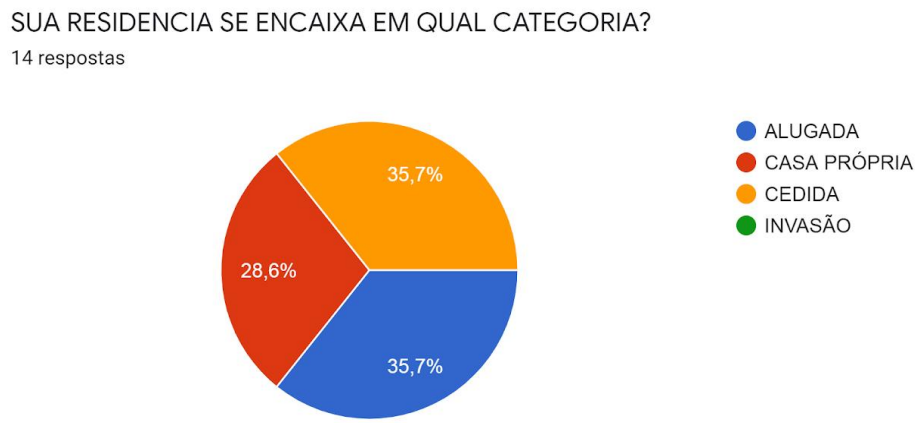
Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Às questões da pesquisa relacionadas a Alfabetização resultaram nos seguintes dados: 78,6% se declararam alfabetizados e 21,4% se declaram não alfabetizados, 64,3% dos usuários declararam que têm o ensino fundamental incompleto, 28,6% responderam que terminaram o ensino médio e 7,1 % têm o ensino médio incompleto e 100% dos usuários que responderam à pesquisa não estão estudando atualmente. Com relação aos cursos de qualificação 92,9% responderam que não possuem cursos de qualificação e apenas 7,1 % têm algum curso de qualificação.

Com esses dados podemos observar a falta de escolaridade entre os beneficiários, esse fato é preocupante visto que a educação é a porta de entrada para o acesso dos cidadãos, dessa forma deveria se tornar um eixo de preocupação social por parte do Estado, assim como cita a autora MORTATTI: “Tais conjecturas, assim como tantas outras que podem ser formuladas, indicam, por fim, que a alfabetização continua sendo um dos signos mais evidentes e complexos da ambígua relação entre deveres do Estado e direitos do cidadão.” (MORTATTI, 2010).

Além da educação abrir portas para o conhecimento, facilita a entrada para o mercado de trabalho que se torna cada vez mais competitivo, dessa forma seria primordial aumentar o acesso dos cidadãos a cursos de qualificação e o trabalho remunerado por sua vez é uma necessidade para a sobrevivência das famílias.

Gráfico 9- moradia dos beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Assim como está exposto no gráfico acima, nota-se que 35,7% das famílias vivem em casas cedidas, nota-se desse modo o reflexo da desigualdade social e a falta de condições para adquirir uma moradia, quando foi perguntado o valor pago de aluguel a aqueles que residiam nessas condições foram obtidas as seguintes respostas: duas pessoas responderam que pagam R$ 400,00 de aluguel; uma pessoa respondeu que paga 450,00; uma pessoa respondeu que paga R$ 500,00 e uma pessoa respondeu que paga R$ 550,00 de aluguel.

A moradia é um direito do cidadão perante a Constituição Federal:

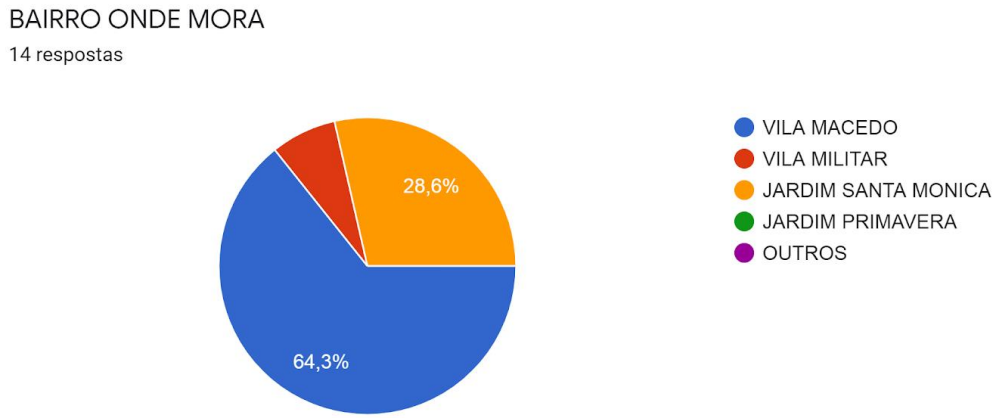
> "**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. " BRASIL (2000).

Contudo o Estado ainda é falho em prover esses direitos sociais e muitos cidadãos ainda não têm acesso ou desconhecem seus direitos, muitos usuários não sabem ler e nem escrever e esse fator é preocupante, uma vez que a educação é uma porta de entrada para oportunidades, contudo a educação por si só não consegue retirar todas as pessoas da situação de vulnerabilidade social, a materialização dos direitos sociais é dificultosa e o sistema capitalista deseja manter a classe mais baixa em subalternização a fim de manter a ordem capitalista. Muitas famílias foram despejadas de seus lares durante a Pandemia, ficando expostas a risco social.

> Mais de 6 mil famílias brasileiras foram despejadas de casa durante a pandemia do novo coronavírus. O mapeamento de dados sobre despejos e remoções no território nacional foi feito por mais de 40 entidades que integram a Campanha Despejo Zero, lançada em julho deste ano e que pede a suspensão de tais processos durante a pandemia (BOEHM, 2020).

Diariamente os direitos sociais são violados, apesar da existência da Constituição Federal, muitas famílias ficaram em situação de vulnerabilidade devido a COVID-19 ou tiveram sua situação social agravada.

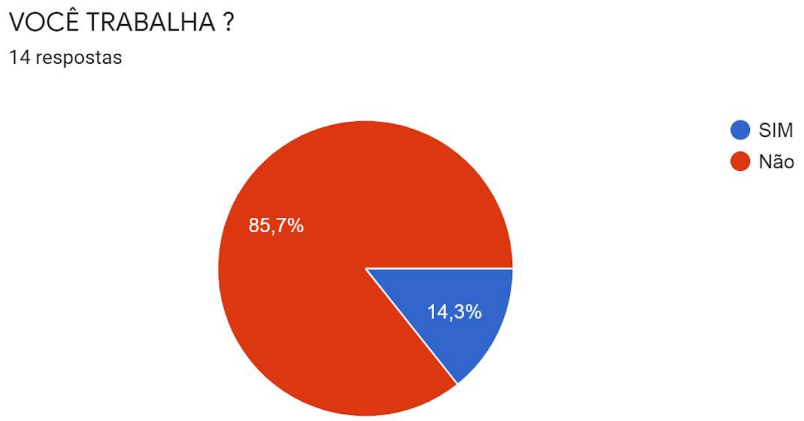
Gráfico 10-bairro onde residem os beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

A pesquisa foi centralizada nos moradores da Vila Macedo, contudo o CISA/CRAS Macedo atende outros bairros e existiam moradores que estavam incluídos no PAIF que residem em outras localidades, as predominâncias de respostas foram dos moradores da Vila Macedo, bairro o qual está composto por diversas vulnerabilidades sociais entre elas o tráfico de drogas e aliciamento de menores de idade, segundo relatos observados nos atendimentos com os adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e nos atendimentos com as Assistentes Sociais.

Gráfico 11-trabalho dos beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

De acordo com as respostas da pesquisa 85,7% dos usuários que responderam à pesquisa não estão trabalhando no momento, levando em consideração estas respostas e analisando os dados do IBGE de agosto de 2020, houve um aumento no desemprego:

> Com os efeitos da pandemia pelo novo coronavírus, o segundo trimestre de 2020 encerra com taxa de desemprego de 13,3%, quantidade recorde de desalentados e o menor número de pessoas com carteira assinada da série histórica, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (BATISTA, 2020).

Com a pandemia o número de desempregados subiu, muitas empresas fecharam suas portas outras foram obrigadas a reduzir seu horário de funcionamento de acordo a situação de casos da COVID-19. Quando analisamos os dados divulgados em novembro de 2020 percebemos uma estabilidade nas taxas de desemprego:

> A taxa de desemprego foi de 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada hoje (28) pelo IBGE. A taxa foi a mais alta para esse trimestre móvel desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012. Em relação ao trimestre encerrado em agosto (14,4%), o cenário é de estabilidade. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (11,2%), o aumento é de 2,9 pontos percentuais. O número de desempregados foi estimado em 14 milhões (AGÊNCIA IBGE, 2021).

Apesar da taxa aumentada de desemprego em novembro de 2020, o número de pessoas ocupadas aumentou: “Já o número de pessoas ocupadas aumentou 4,8% no trimestre encerrado em novembro e chegou a 85,6 milhões”, esse aumento pode

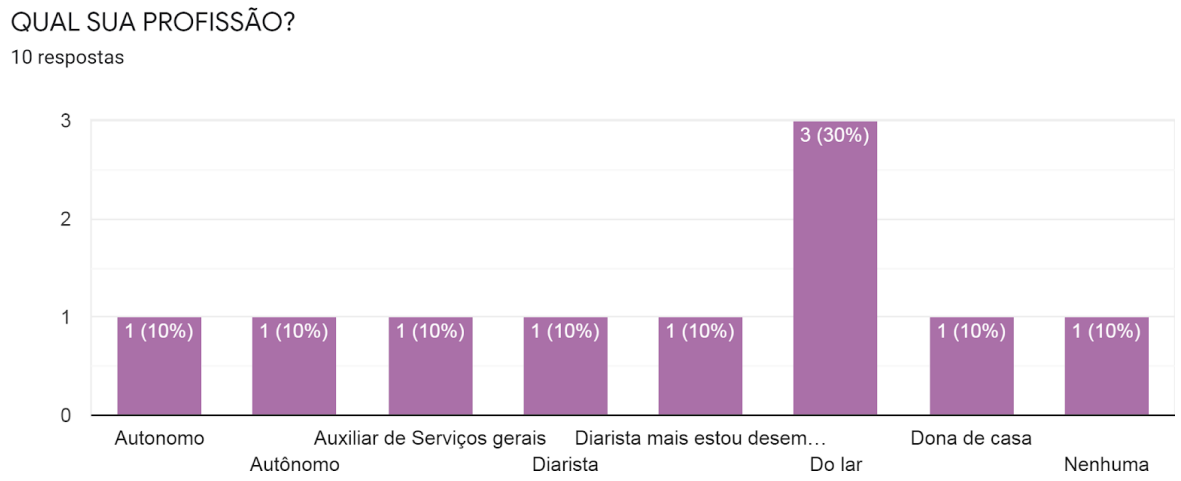
ser causado pela mudança nas medidas de prevenção da COVID-19 Segundo BERINGUY:

> De acordo com a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, o crescimento da ocupação é explicado pelo retorno das pessoas ao mercado de trabalho após a flexibilização das medidas adotadas para combate da pandemia de Covid-19 e pela sazonalidade de fim de ano especialmente no comércio. (BERINGUY apud AGÊNCIA IBGE, 2021).

Levando em consideração o número de pessoas que responderam à pesquisa, o desemprego na região atendida pelo CISA/CRAS Macedo é alto, acredita-se que existem diversos fatores que contribuem para a dificuldade na recolocação desses beneficiários no mercado de trabalho formal entre eles, a falta de qualificação, a idade e a falta de escolaridade, assim como estão citados nos gráficos 4 e 7 que falam sobre idade e escolaridade.

Segundo as respostas 14,3% estão exercendo atividade remunerada, e exercem às seguintes profissões conforme o gráfico:

Gráfico 12- profissão dos beneficiários do PBF

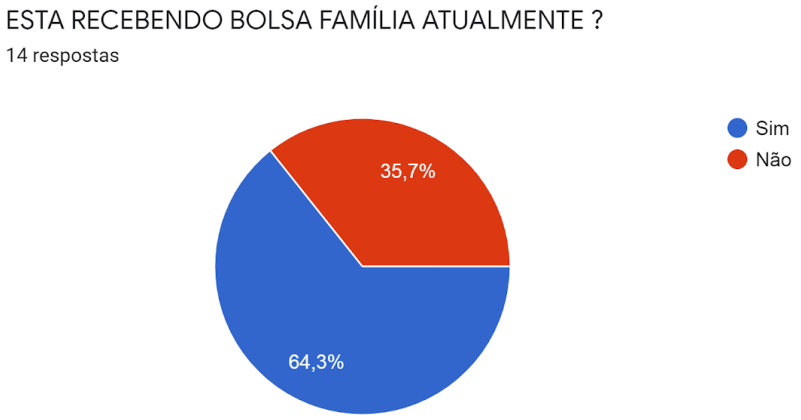


Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Como pode-se observar 40% das usuárias responderam serem “donas de casa “ e “do lar”, e 10% respondeu “nenhuma” enfatiza-se novamente o que já foi citado no gráfico 3, que às mulheres são responsáveis pelo lar e do cuidado com seus filhos, realizando dessa forma mais trabalho não remunerado, consequentemente dependem exclusivamente da renda do PBF. 20% responderam serem diaristas, 20% responderam ser auxiliar de serviços gerais e 20% responderam serem autônomas, observa-se que 14,3% que estão exercendo atividade remunerada qual podem retirar

um valor extra para o sustento de sua família dentro das profissões citadas acima, notando-se desse modo a necessidade de emprego remunerado a fim de sustentar sua família, visto que os valores do PBF ainda não comportam os gastos de uma família com filhos.

Gráfico 13- Programa Bolsa Família e recebimento do repasse

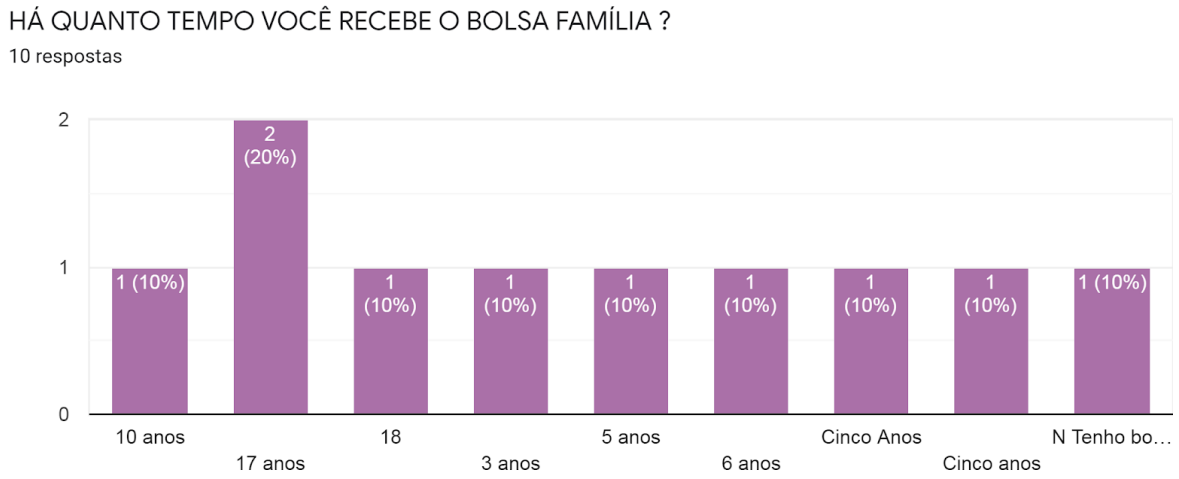


Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Das respostas obtidas nota-se que 64,3% estão recebendo o PBF, que segundo YAZBEK, o PBF, é uma estratégia importante na superação da pobreza: “(...) é considerado um eixo estratégico para a integração de políticas e ações no enfrentamento da pobreza, no acesso à educação e no combate ao trabalho infantil” (YAZBEK, 2012, P.9). Desse modo destaca-se a importância desse benefício para além da transferência de renda, mas também para o acompanhamento das famílias beneficiárias a fim de trabalhar em conjunto com outras políticas sociais a fim de atender as demandas sociais dos usuários.

Segundo às respostas obtidas com relação ao tempo de recebimento do PBF, foram obtidos os seguintes dados:

Gráfico 14-tempo de recebimento do PBF



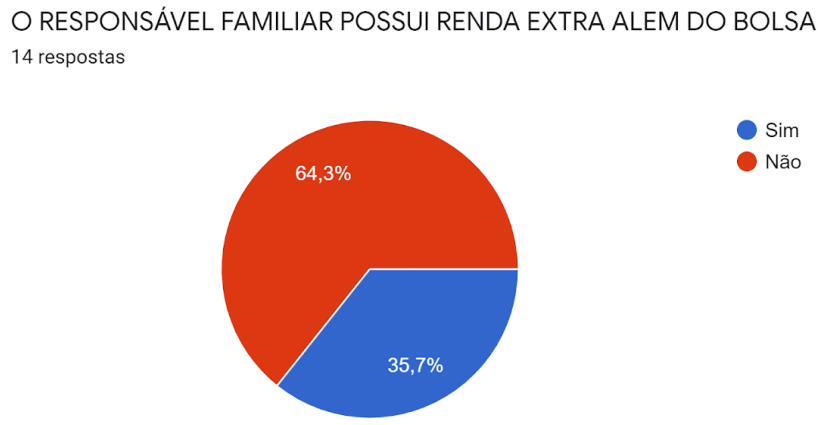
Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Conforme referenciado no gráfico acima, os usuários que responderam à pesquisa, tem uma média alta em anos de recebimento do PBF, dessa forma podemos observar o caráter de dependência do PBF, assim como outros modelos de políticas e programas de transferência de renda.

> São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução (SILVA, 2010 p. 161).

Em muitos casos o PBF não consegue fazer com que os usuários deixem de depender do Estado por ser um benefício de valor mínimo que não acompanha o valor de consumo da sociedade, fazendo com que se torne cada vez mais difícil suprir as necessidades básicas das famílias beneficiárias.

Gráfico 15-Programa Bolsa Família e renda extra



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

De acordo com o gráfico acima, 37,5% dos beneficiários possuem renda além do PBF, e desses que possuem renda extra, quando perguntados qual os valores da renda extra foram obtidos as seguintes respostas: “ R$ 900,00” “ R$ 300,00” “mais ou menos R$ 500 reais” e por fim duas pessoas responderam receber “R$ 400,00 de renda extra, foi perguntado também de onde provia esse valor de renda extra e foi respondido o seguinte:

Pensão por morte
Diarista
Pensão
Venda de langeri
Servente
Venda
Marido trabalha dentro da penitenciária e manda o valor a cima

Fonte: Elaborado pela autora

A partir desses dados observa-se que apenas o valor do PBF, não é suficiente para o provimento das famílias, além disso nota-se que três beneficiárias responderam receber pensão do pai de seus filhos, desse modo constata-se a importância do pagamento da pensão por parte do genitor para o sustento de seus filhos, já que a maior parte do cuidado no dia a dia e gastos com o bem-estar dos filhos provém da mãe.

> Outro aspecto a ser problematizado é que o direito inalienável ao bem-estar, de todo cidadão de sobreviver com dignidade, é colocado sob a responsabilidade da mulher, que se vê obrigada a administrar a família com valores monetários insuficientes para aquisição da cesta básica (cf. Silva, 2011 apud YAZBEK, 2012, p. 310).

Com isso a sociedade coloca sempre a mulher como responsável do cuidado aos filhos, sua educação e provimento alimentar ao mesmo tempo que é responsável por cuidar do lar e muitas vezes se vê obrigada a trabalhar fora de casa quando assim o consegue.

Com relação ao restante da família se tem ou não algum tipo de renda extra, foi obtido o seguinte gráfico:

Gráfico 16- renda extra da família



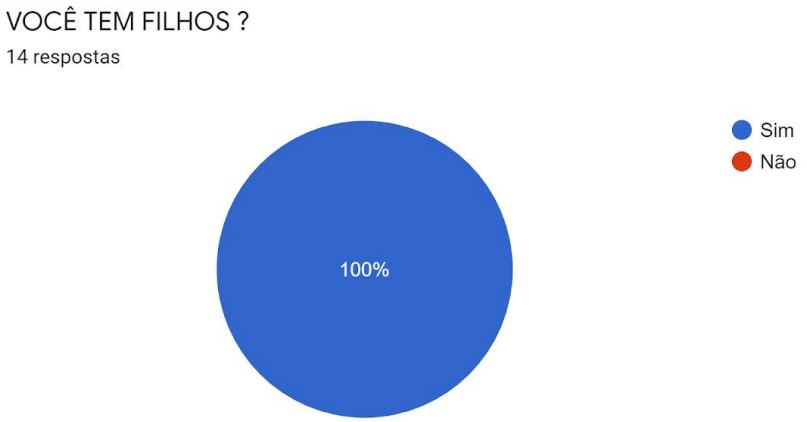
Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Observando os dados obtidos a partir das respostas das quatro perguntas que são relacionadas ao PBF e renda, sendo observado que 37,5% dos beneficiários possuem algum tipo de renda extra individual e 7,1% possuem renda extra na família, e por mais que o PBF consiga atingir em pequenas parcelas a população em situação de extrema pobreza, ainda assim faltam atualizações em seu formato, que não houve mais desde 2008:

> (...) seu desenho buscou contornar diversos problemas observados nos programas precedentes descentralizados, e se mostrou promissor nessa tarefa, tendo alcançado alto índice de eficiência no alcance das famílias. Porém, desde a inclusão do Benefício Variável Jovem em 2008, não houveram modificações no programa, somente nos valores das bolsas concedidas, perdendo possibilidades de melhorias em seu desenho (CASONATO; CORRÊA e PAIVA,2018, p.91).

Desse modo nota-se a importância de novas mudanças no formato do PBF, afim de abranger mais famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Gráfico 17- filhos dos beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Todos os usuários responderam ter filhos, o PBF, repassa valores diferentes para quem possui filhos de acordo com a idade e quantidade:

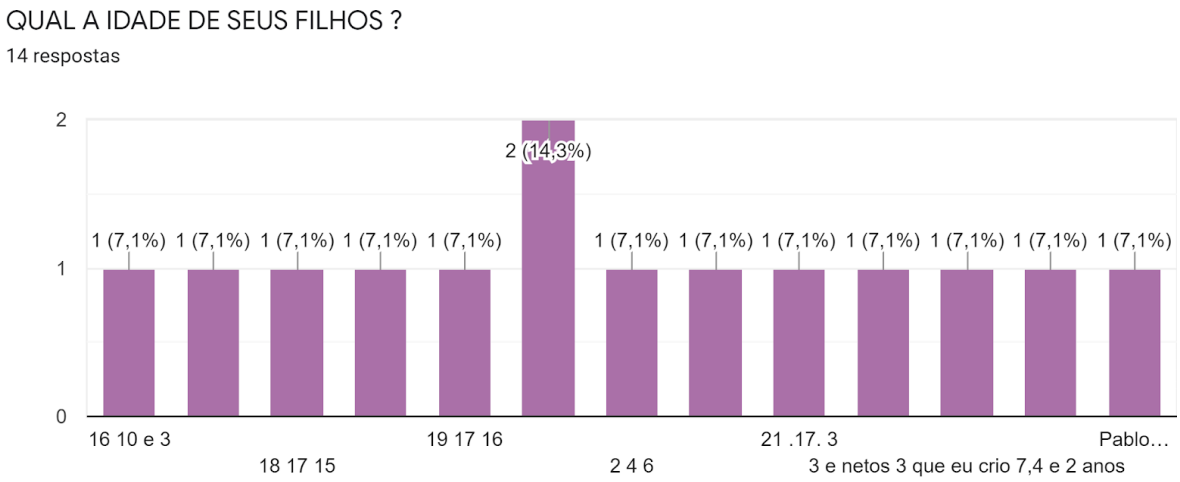
Tabela 3- valores de repasse do PBF para filhos de beneficiários

Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. **R$ 41,00**	Pago às famílias com renda mensal de até R$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade

(GOVERNO FEDERAL, 2019).

De acordo com as exigências do PBF, é necessário que as crianças e os adolescentes estejam frequentando a escola, com uma frequência mínima, é um modo também de manter as crianças e adolescentes na escola a fim de ter acesso à educação formal.

Gráfico 18- idade dos filhos dos beneficiários do PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Pode-se observar que a idade dos filhos dos usuários varia na seguinte contagem:

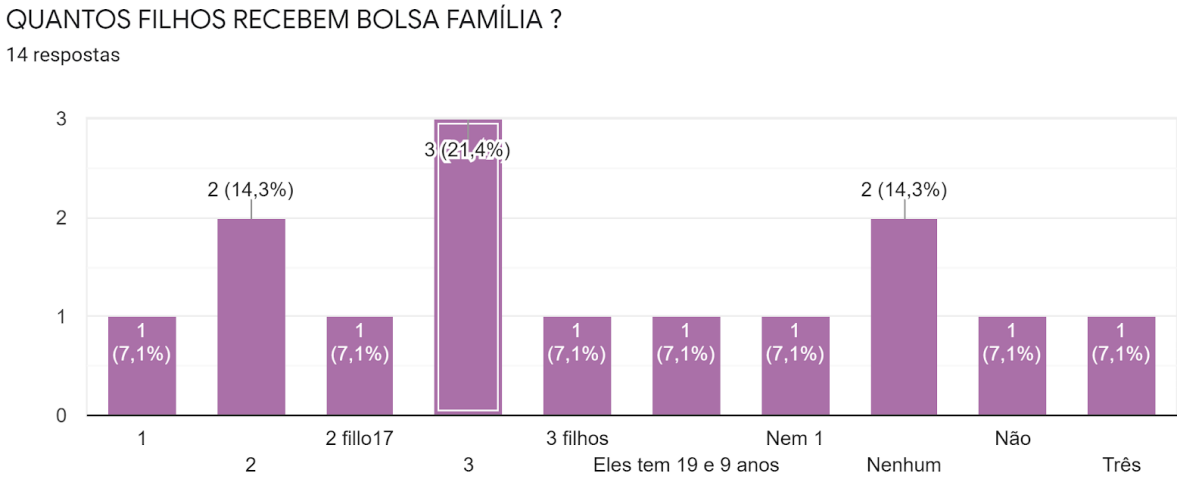
2 a 10 anos- 9 usuários

15 a 18- 5 usuários

19 ou mais- 2 usuários.

Com esses dados observa-se que os filhos das beneficiárias já têm idade para frequentar o CISA/CRAS Macedo, dado o fato que para participar das oficinas e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é necessário ter a partir de 12 anos.

Gráfico 19- quantidade de filhos que recebem o PBF



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

QUAL A IDADE DESSES FILHOS QUE RECEBEM BOLSA FAMÍLIA?

16 13 06
Eles n tem folsa família
19 17 16
5 28
2 4 6
17 .03
8 e 6
10 3 e 16
17 e 3 anos
Não recebo
18 17 15
3 anos

Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Com as respostas dos gráficos acima, pode-se observar que parte das famílias tem filhos beneficiários na idade escolar, com isso é necessário que frequentem a escola regulamente para que não haja descumprimento das condicionalidades, é um modo do governo conseguir incentivar as famílias a manterem as crianças na escola e retirar a responsabilidade do Estado pelas evasões escolares ou a saúde das crianças.

> Desse modo, a lógica de ativação do beneficiário rumo à superação individual da sua condição de pobreza prioriza a lógica de autorresponsabilização, o que significa retornar a questão da pobreza para o plano moral, como é o caso das condicionalidades dos PTRs, que responsabilizam o beneficiário pelo acato ou não desses imperativos. Nesse caso, existe uma premissa de que pais pobres são, de alguma forma, culpados se seus filhos não vão à escola ou ao médico (CARNELOSSI, 2016, p.131).

Dessa forma os beneficiários ficam condicionados a seguirem as condicionalidades para não perderem o benefício que muitas vezes é a única renda da família.

Quando foi perguntado aos beneficiários qual as destinações do dinheiro do PBF foram obtidas as seguintes respostas:

COMO VOCÊ UTILIZA O VALOR RECEBIDO DO BOLSA FAMÍLIA NA SUA VIDA FINANCEIRA? (EX: ALUGUEL, COMPRA DO MÊS, ETC)

Não recebo
Compra do mes e etc
N recebo bolsa família
Agente da um jeito seviramo do jeito que pode

Compra agua luz
Pago água e luz e o resto alimentação
Aluguel
Compra e pago talão de agua
N tenho bolsa família
Pago agua e luz.
Não recebi
Sim
Compra

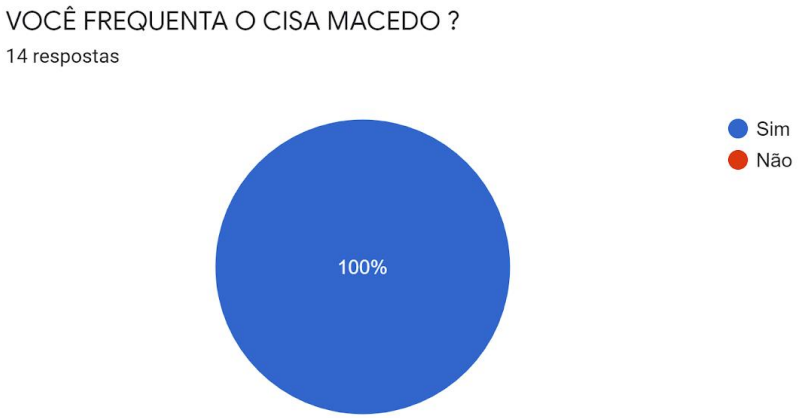
Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Quatro pessoas responderam que utilizam o dinheiro para realizar a compra do mês, quatro responderam que pagam as contas residenciais e uma utiliza o dinheiro para pagar o aluguel de sua casa. O PBF não deveria ter um caráter de dependência por anos, visto que é um benefício, todavia algumas famílias dependem desse dinheiro para pagar suas contas e no contexto neoliberal espera-se que essas famílias superem a condição de pobreza, mas levando em conta o valor repassado as famílias o PBF se limita apenas a um benefício paliativo não sendo suficiente para garantir a autonomia de seus beneficiários.

> Trata-se de um contexto no qual as políticas sociais e especialmente a seguridade social enfrentam profundos paradoxos. Pois se de um lado contam com as garantias constitucionais que pressionam o Estado para o reconheci- mento de direitos, por outro se inserem nesse contexto de ajuste às congráficoções da ordem capitalista internacional, com seu caráter regressivo e conservador, que ameaça o direito e a cidadania, trazendo fortemente a questão da meritocracia e com ela a desuniversalização e a "descidadanização" (cf. Pereira no XIII CBAS 2010 apud YAZBEK, 2012, p.316).

Desse modo é necessário que o Estado amplie o acesso outras políticas sociais, principalmente para os beneficiários do PBF que se encontram em situação de vulnerabilidade, para que consigam uma qualidade de vida melhor e realmente consiga alcançar sua autonomia.

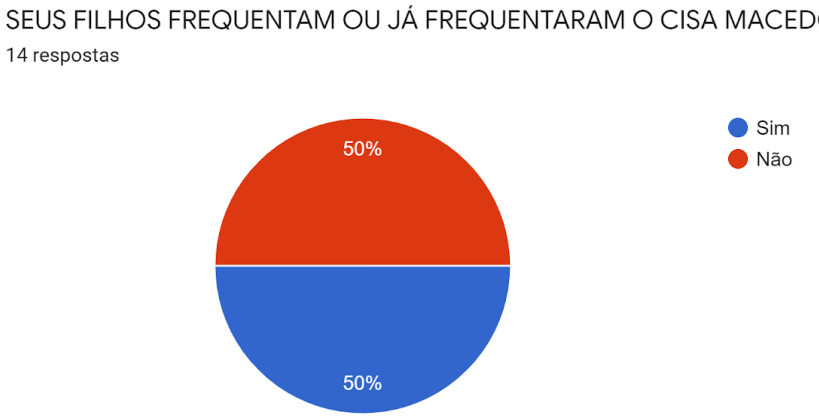
Gráfico 20- usuários que frequentam o CISA MACEDO



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

A pesquisa foi voltada para os beneficiários do CISA/CRAS Macedo que estavam incluídos no PAIF, contudo devido a pandemia, alguns usuários diminuíram a frequência de ida ao local, contudo segundo as respostas dos entrevistados, todos permaneceram frequentando o equipamento.

Gráfico 21- filhos dos beneficiários que frequentam o CISA MACEDO

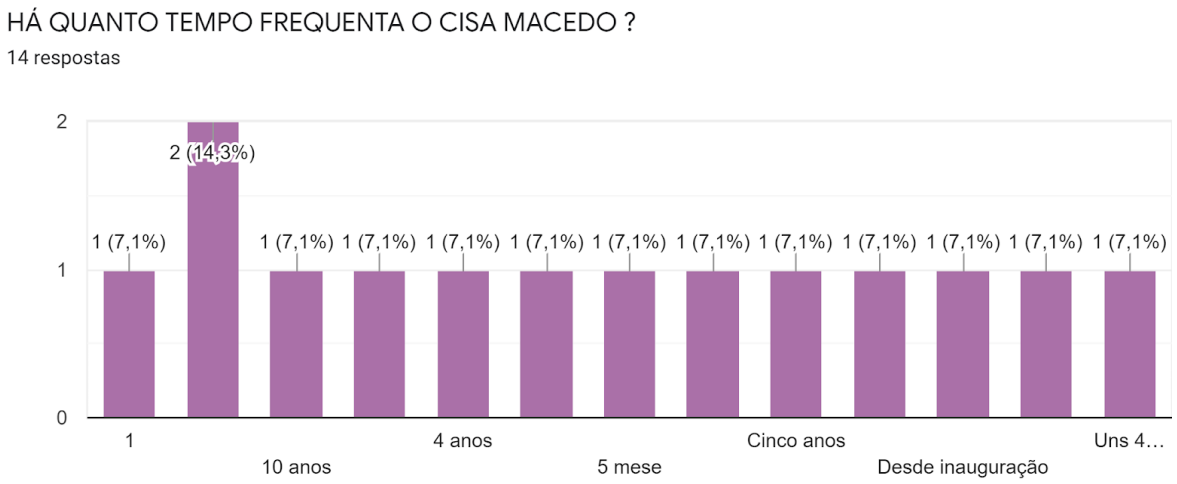


Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

O CISA/CRAS Macedo além de realizar o serviço de CRAS, como já citado é um centro de inclusão, onde são ofertadas as palestras, oficinas e demais atividades voltadas para os adolescentes, contudo devido a pandemia todas as atividades foram

canceladas, somente a bolsa de auxílio para os agentes da cidadania continuou sendo paga.

Gráfico 22- tempo que frequenta o CISA MACEDO



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Segundo as respostas obtidas todos os usuários que responderam à pesquisa frequentam o CISA/CRAS e 50% deles responderam que seus filhos também frequentam o local, o CISA MACEDO é um centro para atender jovens em situação de vulnerabilidade e oferece o serviço de CRAS também, algumas famílias conhecem o equipamento por meio dos filhos. Quanto ao tempo em que os beneficiários frequentam o local existe uma média de um ano a 8 anos, com isso pode-se notar que existe um histórico na instituição que pode indicar ou não uma situação de vulnerabilidade social.

Foi realizado uma pergunta relacionada aos serviços acessados no equipamento e as respostas foram:

QUAIS OS SERVIÇOS QUE MAIS ACESSA NO CISA MACEDO?

Assistência social
Compras
Serviço Social
Assistência social
Grupo d cesta basica
Pegar a cesta basica
Futebol e dança
Futebol cadastro do bolsa dança
Cesta básica
Só a cesta básica mesmo

Regulamento de papeis
Esporte
Somente fiz o cadastro único, e recebi cesta básica.

Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Em grande parte, como pode observar pelas respostas, essas famílias buscam o CISA/CRAS Macedo em busca do atendimento social e aquisição de benefícios eventuais, todavia alguns frequentavam pelas oficinas ofertadas pelo CISA antes da pandemia, quando aconteciam um grande número de adolescentes frequentavam essas oficinas e o trabalho com eles e suas famílias era de grande importância.

Nos próximos gráficos contém as respostas com relação ao atendimento com as Assistentes Sociais e aquisição de benefícios eventuais.

Gráfico 23- atendimento com as Assistentes Sociais



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

POR QUAL MOTIVO? ESPECIFIQUE
Poplema de saude
Varias coisas
Passagem para Procurar trabalho
Pedir ajuda
Pra entra no beneficio da cesta basica
Renovar bolsa família
Precisando de sexta basica porque estou desempregada
Para pedi a caixa d'água
Vários
Ajuda de alimentos
Pelos meus netos
Procura uma picologa
Para receber cesta básica
Para ver se conseguia uma ajuda com cesta básica

Fonte: Elaborado pela autora.

O CISA/CRAS Macedo além de atender os adolescentes e suas famílias, efetuar e editar o Cadastro Único do Governo Federal, realiza atendimento com as Assistentes Sociais e essas por sua vez, realizam o atendimento de forma qualificada respeitando o código de ética da profissão.

De acordo com as respostas acima, 6 usuárias responderam que passaram por atendimento social em busca de cesta básica, uma usuária procurou o equipamento para solicitar “passagem para procurar trabalho”, esse benefício se encaixa no critério de benefício eventual também, assim como a cesta básica, uma respondeu que foi pela “caixa d´agua”, que foi um Projeto Municipal de Piraquara que forneceu uma caixa d´agua para alguns usuários selecionados:

> O projeto **Caixa d'Água Boa** é uma ação da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), desenvolvida em parceria com os municípios. Realiza a disponibilização de 1 caixa d'água e 1 kit de instalação às famílias em situação de vulnerabilidade social que não possuem caixa d'água no domicílio. Estas famílias recebem capacitação para instalação adequada, e o subsídio financeiro de R$ 1.000,00 (mil reais) para viabilização da instalação. Em 2020 o Programa chegará ao total de 4.000 famílias beneficiadas, em 144 municípios. (BRASIL, [2020?]).

O Projeto foi de grande ajuda para as famílias, levando em consideração os rodízios de agua que estão acontecendo, a seca ainda é um problema em todo Estado do Paraná. O Projeto foi encerrado em 2021.

Segundo as respostas quanto o motivo da procura pelo atendimento da Assistente Social, algumas usuárias trouxeram demandas que não são relacionadas ao CRAS:

Uma usuária respondeu ter procurado a Assistente Social para encaminhamento para uma Psicóloga, o equipamento conta com um Psicólogo, porém ele não realiza Psicoterapia, muitos usuários têm essa visão incorreta.

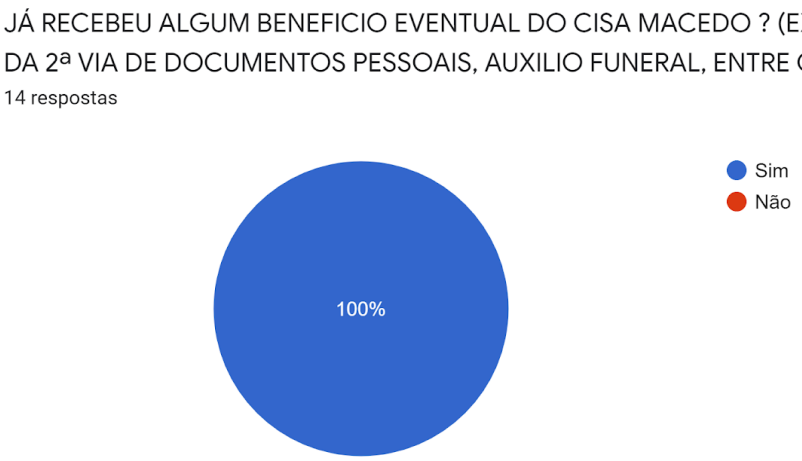
Uma usuária procurou a Assistente Social por problemas de Saúde, muitos usuários procuram o CRAS em busca de equipamentos de Saúde, quem fornece esses equipamentos é a Assistente Social da Saúde que trabalha na Secretaria de Saúde, os próprios funcionários da Unidade Básica de Saúde repassam informações erradas, isso mostra uma falha na comunicação entre esses locais.

Uma usuária respondeu ter procurado atendimento com a Assistente Social para renovar o PBF, ocorria no equipamento que muitos usuários marcavam atendimento social para renovar o Cadastro Único do Governo Federal e esse serviço é realizado pelo Cadastrador, ainda existe uma crença popular que a Assistente Social realiza todos os tipos de atendimento, e essa não é a realidade, parte dessa crença de caridade vem da própria história do Serviço Social, o qual até hoje existe a luta para desmistificar esse senso comum e enxergar o/a Assistente Social como Profissional e não como auxiliador/a.

> A consequência da setorização tem sido observada ao longo das diferentes gestões públicas, pela desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, além de expor as famílias, indivíduos e grupos atendidos pelas políticas a um paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos.
> A intersetorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público (WANDERLEY, MARTINELLI, PAZ, 2020, p. 2).

A intersetorialidade é uma estratégia eficaz de atendimento em rede, é possível atender as demandas dos usuários de modo mais objetivo, contudo existem falhas na rede e prejudicando desse modo, o atendimento social, uma vez que chegam muitos encaminhamentos incorretos, além de prejudicar o usuário que se desloca entre os equipamentos.

Gráfico 24- recebimento de benefícios eventuais por parte do beneficiário



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

QUAL? ESPECIFIQUE

Cesta básica
Cesta basica
Cesta básica entre outros
Cesta básica
Ex cesta 2documento
Sexta basica e segunda via dos documentos
Cesta básica (paif) e documentos dos meus filhos
Cesta básica e outros
Alimentos

Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Nota-se que em grande parte a busca por parte dos usuários no CISA/CRAS é pelo atendimento com as assistentes sociais e a busca por benefícios eventuais.

> Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011 apud MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018a, p.16).

Entre as buscas por benefícios eventuais relatados pelos beneficiários estão: a segunda via de documentos pessoais e a cesta básica, que é um direito previsto na constituição, de acordo com BOVOLENTA: “Ao reconhecer que a alimentação é um direito fundamental em si, não existe, portanto, a necessidade de sua concessão estar

entremeada por outras áreas, como vem ocorrendo em grande parte com a política de assistência social. ” (BOVOLENTA, 2017, p.3). No entanto quando analisamos a realidade dos equipamentos sociais, notamos que alguns não tem subsídios suficientes para atender a demanda de toda população como é o caso do CISA/CRAS Macedo que atende um território extenso e com grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade, segundo o princípio II do benefício eventual que provem do decreto número 6.307/07, o usuário deve ser auxiliado o quanto antes em sua solicitação:

> O Princípio também evidencia a importância da agilidade e da presteza na sua oferta. Neste sentido, não deve haver filas de espera, agendamentos ou, mesmo o condicionamento da sua prestação à ocorrência de visitas domiciliares com agendamento futuro. Caso isso aconteça corre-se o risco de descaracterizar a natureza contingencial do benefício eventual, porque pode se congráficor como obstáculo para acesso ao direito pelo requerente. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018b, p. 10).

Dessa forma se destaca-se que é necessário agilidade no atendimento e concessão do benefício eventual visto que no caso da cesta básica, a fome não tem meios de espera, todavia como citado acima o equipamento o qual foi centralizado a pesquisa não obtém o número de cestas suficientes para atender toda a população requente, ocorre também a falta do benefício em alguns meses e a demora para a chegada de mais cestas básicas para o equipamento, dificultando o atendimento e o auxílio para os usuários.

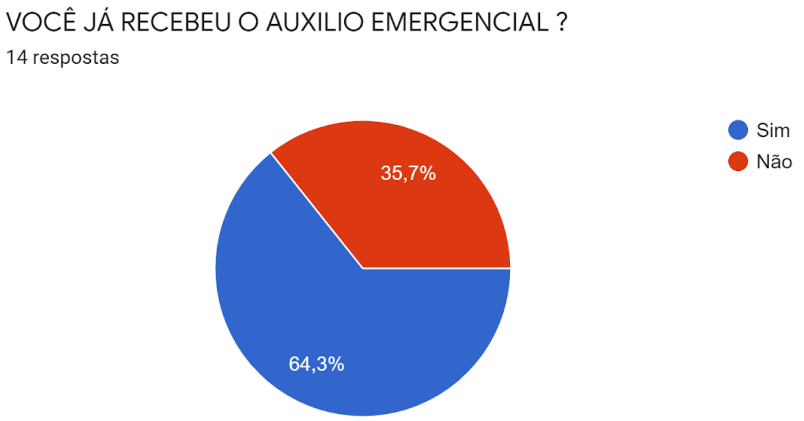
Por fim conclui-se que apenas o valor do PBF não possui mecanismos suficientes para prover a alimentação de qualidade dos usuários visto que em sua maioria existe a procura pelo benefício eventual da cesta básica no CISA/CRAS e destaca-se também a importância desse benefício no momento presente de pandemia onde muitos perderam seus empregos ou não conseguiram se colocar no mercado de trabalho e necessitam desse auxílio para sua sobrevivência, deve-se buscar sempre reforçar a autonomia dos indivíduos uma vez que entende-se que a vulnerabilidade temporária se difere da vulnerabilidade social, assim como cita as normativas de princípios da concessão de benefício eventual:

> A oferta de benefício eventual nessa situação objetiva garantir o restabelecimento das Seguranças Sociais que foram comprometidas com o evento incerto. Envolve o processo de acolhida e recuperação da autonomia dos sujeitos sociais, promovendo tanto o acesso a bens materiais quanto imateriais no restabelecimento do convívio familiar e comunitário dos beneficiários (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018b, p.36).

Com isso é necessário que os usuários entendam a condição de cesta básica como eventualidade e não como caráter continuo, previsto na lei.

A gestão dos municípios deve identificar as vulnerabilidades do território para além da alimentação: “É fundamental que a gestão elabore diagnóstico da situação alimentar local, atualizando as informações permanentemente, observando aspectos gerais de acesso às políticas públicas no território, a fim de possibilitar diálogo e ações conjuntas entre as políticas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018b, p.40). Dessa forma é necessário a articulação de outras políticas sociais a fim de atender as demandas apresentadas pelo usuário e buscar sempre romper com práticas assistencialistas vinculadas a doação e caridade e reforçar desse modo a informar os indivíduos de seus direitos perante a legislação.

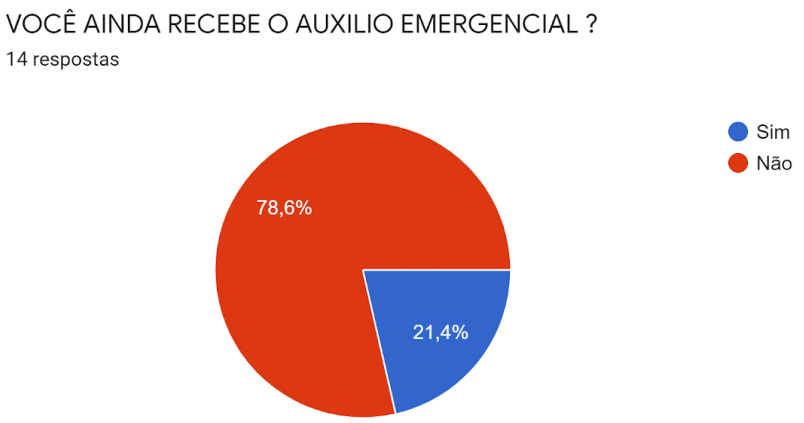
Gráfico 25-recebimento do Auxílio Emergencial



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

O Auxílio Emergencial foi de grande importância em 2020, visto que segundo os relatos dos usuários, muitos perderam seus empregos, e o Auxílio Emergencial ajudou a pagar as contas residenciais.

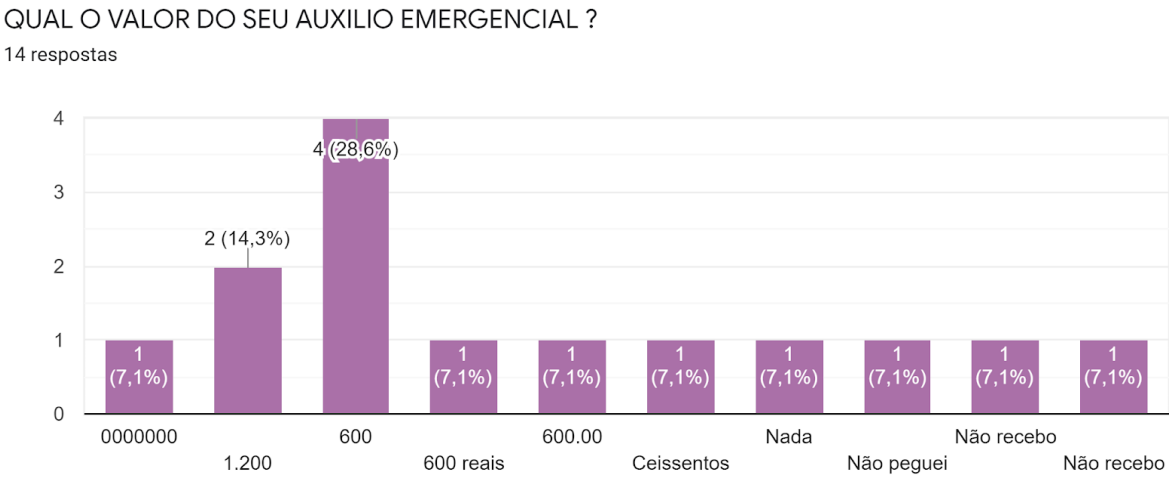
Gráfico 26- continuidade do recebimento do Auxílio Emergencial



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

O Auxílio Emergencial foi interrompido em dezembro de 2020, segundo o decreto o auxílio tinha o caráter temporário segundo o art. 3° do decreto Nº 10488 de 2020: “Art. 3º O auxílio emergencial, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), será concedido pelo período de três meses, contado da data de publicação da Lei nº 13.982, de 2020 (...)” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020).

Gráfico 27- valor do auxílio emergencial

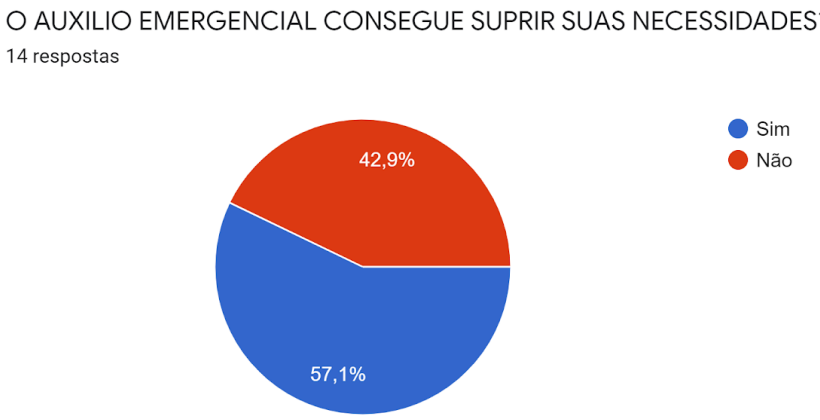


Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

O valor de R$ 1.200 era transferido a mulheres chefes de família e o valor de R$ 600,00 era transferido a famílias que estivesse dentro dos critérios, assim como citado no título 10.3 deste presente trabalho. Segundo as respostas da pesquisa,

somente duas beneficiárias responderam receber o valor de R$ 1.200 sendo essas chefes de família.

Gráfico 28- Auxílio Emergencial e suprimento das necessidades dos usuários



Fonte: Elaborado pela autora. (2021).

Segundo as respostas, o Auxílio Emergencial supriu as necessidades de parte dos beneficiários enquanto estava vigente, acredita-se que por ser um valor bem acima do PBF, possa ter sido um paliativo durante os meses de sua concessão para essas famílias em situação de vulnerabilidade social e em fevereiro de 2021, o Auxílio Emergencial não está mais vigente e não há previsão de retorno, muitos retornam ao índice de pobreza:

> De acordo com cálculo do economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, a proporção de pessoas que estarão em situação de pobreza extrema, quando a renda é de até 1,90 dólar por dia, pode dobrar em relação a 2019, quando a taxa foi de 6,5% da população, ou 13,7 milhões.... O estudo ainda aponta que a pobreza, quando a renda é de até 5,50 dólares diários, deve atingir de 25% a 30% da população. O pesquisador explica que a projeção considera o fim do auxílio emergencial e pressupõe um reajuste de 15% no Bolsa Família.... (DUQUE apud MATOS, 2021).

Segundo esses dados se pode ter uma base de como serão os próximos meses para a população em situação de vulnerabilidade, uma vez que ainda estamos em contexto de pandemia, com desemprego em alta e novos cadastros do PBF estão paralisados, neste momento reforça-se a importância da Assistência Social neste contexto a fim de amenizar os efeitos da pandemia no contexto social e econômico da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas realizadas pelo Estado para diminuir o índice de vulnerabilidade social desde a Constituição Federal de 1988, surtiram efeito até certo ponto, contudo acredita-se que conforme os presidentes foram mudando, as políticas sociais foram perdendo força e atualmente não há investimento necessário para atingir todas as camadas sociais, além disto no contexto neoliberal é de praxe que parte da população permaneça em situação de pobreza e desemprego a fim de manter o capital girando e a burguesia se mantenha com o acúmulo de dinheiro.

Destaca-se dentre os programas sociais o Programa Bolsa Família que é o objeto de estudo no presente trabalho, é o programa mais conhecido atualmente para superar os índices de pobreza no Brasil. O Programa Bolsa Família desde sua criação em 2004, não teve grandes alterações em seu formato, contudo milhões de brasileiros foram retirados da linha da pobreza e extrema pobreza com o repasse do PBF, o problema, no entanto é a falta atualização no formato do Programa cujo a última atualização nas regras foi no ano de 2008, a renda per capita exigida pelo programa atualmente é de R$ 89,00 para famílias consideradas em situação de extrema pobreza e R$ 178,00 para famílias consideradas em situação de pobreza, esse recorte de renda contempla parte da população vulnerável do Brasil, todavia ao mesmo tempo exclui a outra camada da sociedade que mesmo não estando neste critério de renda, ainda se situam em situação de pobreza, esse recorte de renda muito abaixo, acaba por limitar o alcance nas camadas mais vulneráveis da sociedade, a rigidez na comprovação das informações do Cadúnico serve para prevenir fraudes mas acaba limitando o acesso as famílias que necessitam do PBF.

O valor básico de repasse as famílias, ainda é muito baixo, considerando o custo de vida e trazendo a reflexão para o momento atual e levando em consideração o momento de pandemia, no momento em que o Auxílio Emergencial estava em vigor até dezembro de 2020, as famílias que eram beneficiárias do PBF, puderam ter acesso a uma quantia maior de dinheiro a fim de suprir suas necessidades nesse momento crítico e segundo o relato das mesmas famílias beneficiárias atendidas pelo CISA/CRAS Macedo, o Auxílio Emergencial supriu suas necessidades básicas.

Após a pesquisa finalizada sobre as famílias beneficiárias da Vila Macedo, constatou-se que somente o PBF em si não tem mecanismos suficientes para superar

a vulnerabilidade social, segundo as respostas obtidas na pesquisa, muitas famílias utilizam o valor do PBF como renda complementar e ainda assim prestam serviços remunerados, sejam eles venda de produtos, realização de serviços sem contrato em carteira entre outros, a fim de sustentarem seus lares, além disso muitas dessas famílias beneficiárias buscam atendimento com as Assistentes Sociais a fim de obter o benefício da cesta básica eventual, que acaba se tornando cultural em muitas vezes por não conseguirem se inserirem no mercado formal de trabalho.

O Papel do CRAS é de suma importância para o enfrentamento da vulnerabilidade social, o acompanhamento feito com as famílias que em sua maioria é realizado pelas Assistentes Sociais, que conseguem adentrar a realidade das famílias e identificar possíveis demandas para além das apresentadas em apenas um atendimento social, as visitas, os relatórios e os grupos realizados conseguem trazer relatos do cotidiano das famílias para que as profissionais consigam realizar encaminhamentos devidos para as demandas relatadas. O CRAS, muitas vezes é a porta de entrada para os outros equipamentos sociais, visto que se encaixa como um equipamento de proteção básica e prevenção de riscos, sabendo disso é no território onde são identificados os possíveis riscos sociais e onde são tomadas as medidas para que não ocorra a violação de direitos e ainda o CRAS é por muitas vezes o único meio de referência conhecido pelos usuários, onde são prestadas informações sobre seus direitos e de terceiros.

O tema apresentado no presente trabalho é de extrema importância dado a conjuntura atual do neoliberalismo, o tema para o meio acadêmico é primordial, quanto para a área profissional e a pesquisa realizada serviu de aprendizado para entender a história da construção das políticas sociais e como foi criado o PBF, é necessário ter conhecimento das políticas sociais a fim de futuramente atender de modo qualificado as demandas apresentadas pelos usuários. Espera-se que este trabalho possa ter continuidade no meio acadêmico a fim de trazer mais conhecimento e aprimoramento aos alunos que assim desejarem.

Socialmente, o presente trabalho pode servir para conhecimento social e para possíveis futuros projetos sociais que possam abranger mais famílias em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente com o presidente Jair Bolsonaro em posse do cargo a ameaça do fim das políticas e programas sociais ainda está presente e principalmente a ameaça

do fim do Programa Bolsa Família, contudo ainda acreditamos nos direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988 e não podemos nos deixar levar por ameaças e devemos sempre lutar pela equidade e justiça social assim como está previsto no código de ética do Serviço Social.

6 REFERÊNCIAS

ACERVO ARQUIVISTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Legião Brasileira de Assistência**. [*s.i*], *[ca.200].* Disponível em <http://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>. Acesso em: 19 mai.2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisador explica estudo do IBGE sobre pobreza em 2017.** Disponível em: <http*://*agenciabrasil.ebc.com.br*/*economia*/*noticia*/*2017 12/pesquisador-explica-estudo-do-ibge-sobre-pobreza>. *A*cesso em 30 set.2019.

AGÊNCIA IBGE. **Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro**. [S. l.]: Agência IBGE notícias, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em novembro>. Acesso em: 26 fev. 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Marcio Bittar promete austeridade e consenso na criação do Renda Cidadã**. Brasília: Senado Federal, 8 out. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/08/marcio-bittar-promete-austeridade-e-consenso-na-criacao-do-renda-cidada. Acesso em: 7 abr. 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Medida provisória mantém critério do BPC em um quarto de salário mínimo**. Brasília: Senado Federal, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/04/medida-provisoria-mantem-criterio-do-bpc-em-um-quarto-de-salario-minimo#:~:text=Por%20fim%2C%20sobreveio%20a%20Lei,4%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros>. Acesso em: 18 fev. 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Proposta de Emenda à Constituição n° 186, de 2019**. Brasília: Senado Federal, [2021?]. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702. Acesso em: 7 abr. 2021.

ALMEIDA, SUELY SOUZA. **Brasil fica em 63º no ranking do IDH Saúde e educação melhora, mas renda cai**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu3-1.html>. Acesso em: 9 dez. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Funabem: educação rural,** [s. l.], ano 2018, 17 ago. 2018. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/component/content/article.html?id=100>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência**. [S. l.]: Portal estudos do Brasil Republicano, 17 mar. 2021. Disponível em: http://querepublicaeessa.an.gov.br/conheca-nosso-acervo/283-

fundacao-centro-brasileiro-para-a-infancia-e-adolescencia.html. Acesso em: 17 mar. 2021.

BATISTA, Vera. **Taxa de desemprego sobe a 13,3% no trimestre até junho, diz IBGE.** [S. l.]: Correio Braziliense, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/08/06/internas_economia,878933/taxa-de-desemprego-sobe-a-13-3-no-trimestre-ate-junho-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BOEHM, Camila. **Mais de 6 mil famílias brasileiras foram despejadas durante a pandemia**. São Paulo: Agência Brasil, 3 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-10/mais-de-6-mil-familias-brasileiras-foram-despejadas-durante-pandemia>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BOVOLENTA, GISELE A. Serviço Social & Sociedade. **Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação**, São Paulo, ano 2017, ed. 130, p. 1-10, 2017. DOI http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.121. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300507>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Planalto do Governo, 1988. 127 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em: 8 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Brasília:** [*s. n.*], 2000. 45 p. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_6_.asp>. Acesso em: 8 fev. 2021.

BRASIL. Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o programa Bolsa Família e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, [2004]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 30 set.2019.

BRASIL.SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras.** [S. l.], 22 jun. 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras. > Acesso em: 4 jan. 2021.

BRASIL.SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Condicionalidades: gestão das Condicionalidades do Bolsa Família**. Gestão das Condicionalidades do Bolsa FAMÍLIA, Brasília, 27 jul. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL.SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES). **Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília, 23 fev. 2018. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/condicionalidades-bolsa-familia/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL.SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.** 1. ed. aum. Brasília: [s. n.], 2019. 56 p. v. 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021

BRASIL.SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO. **Caixa d'Água Boa**. [*S. l.*], [2020?]. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Caixa-dAgua-Boa>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL, Cristina Indio do**. IBGE: auxílio Emergencial chega a 29,4 milhões de domicílios.** [*S. agência* Brasil, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/ibge-auxilio-emergencial-chega-294-milhoes-de-domicilios>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRITO, Jussara Gomes de; COSTA, Elenice Rosa. Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura. **TITULARIDADE FEMININA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:** QUESTÕES DE GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR, [*s. l.*], ano 2013, p. 1-17, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Cleide.rios/Downloads/185-Texto%20do%20artigo-595-1-10-20150612.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do Assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao código de Ética profissional.** Revista Scielo, São Paulo, ano 2016, ed. 125, p. 124-147, 7 abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n125/0101-6628-sssoc-125-0124.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CASONATO, Lucas; CORRÊA, André Luiz; PAIVA, Suzana F. de Paiva. **O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza e na sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade**. Campinas, ano 2018, p. 77-94, jun. 2018. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3655/Artigo5A.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira**. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar**. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, ago. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2021. https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000200003.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Carta de Conjuntura. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial**: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de agosto, [s. l.], ano 2020, n. 48, p. 1-19, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200928_mt_cc48_agosto.pdf. > Acesso em: 2 fev. 2021.

CARLEIAL, LIANA MARIA DA FROTA. Estudos avançados. **Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff,** São Paulo, v. 29, n. 85, p. 1-9, 2015. DOI https://doi.org/10.1590/S0103-

40142015008500014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000300014&script=sci_arttext&tlng=pt#aff1. Acesso em: 31 mar. 202

CODATO, ADRIANO NERVO**. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia,** Curitiba, p. 83-106, 5 out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **Milagre econômico**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CRUZ, Samyra Rodrigues da. JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8. 2017, São Luís- Maranhão**. UMA ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES DE COMBATE À FOME NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1990 À ESTRUTURAÇÃO DO SISAN.** [...]. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. 13 p. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/umaanalisesobreasacoesdecombateafomenobrasildadecadade1990aestruturacaodosisan.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

ESTADO DE MINAS. **IBGE aponta aumento da extrema pobreza no Brasil**.2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/12/05/internas economia, 10106 71/em-2017-quase-55-milhoes-de-brasileiros-estavam-abaixo-da-linha-de po.shtml>. Acesso em: 30. Set.2019.

ESCURRA, MARÍA FERNANDA. **Marx e a pobreza ou a influência do aumento do capital para a classe trabalhadora,** [s. l.], v. 18, n. 1, p. 135-145, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/cleide.rios.PIRAQUARA/Downloads/31472-Texto%20do%20artigo-150751-2-10-20191007.pdf. > Acesso em: 9 dez. 2020.

EUGENIO, Aparecida Vieira Souza; GONZAGA, Mary Lucy de Souza. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. **A atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social-CRAS**, [s. l.], v. 13, ed. 44, p. 962-977, 2019. Disponível em: <https://idcc.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1669/2467. > Acesso em: 14 jan. 2021.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010). **A política social do governo lula (2003-2010),** [S. l.], n. 192, p. 1-30, 1 jun. 2011. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a>. Acesso em: 20 out. 2019.

FGV SOCIAL-CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **FGV SOCIAL COMENTA OS CORTES NO BOLSA FAMÍLIA E O AUMENTO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL.** Rio de Janeiro, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **Governo Federal cancela 1,3 milhão de benefícios do Bolsa Família em 2019 por irregularidades.** [S. l.]: Governo Federal, 20 jan. 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/01/governo-federal-cancela-1-3-milhao-de-beneficios-do-bolsa-familia-em-2019-por-irregularidades>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Ministério da cidadania. **Benefícios.** [S. l.]: Governo Federal, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GOVERNO FEDERAL. **Bolsa Família chega a 14,283 milhões de famílias em junho**. [S. l.], 8 jul. 2020. disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-chega-a-14-283-milhoes-de-familias-em-junho-segundo-maior-patamar-ja-registrado>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). **Auxílio Emergencial-CAIXA**. *In*: CAIXA. [*S. l.*], 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX. >Acesso em: 2 fev. 2021.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Ministério da cidadania. **Bolsa Família.** [S. l.]: Governo Federal, [2021?]c. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIX. 2017, Brasília. **De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. 16 p. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_Artigocompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**. Aumenta número de mulheres chefes de família**. [S. l.], p. 1-26, 11 out. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009,** Brasília, p. 1-54, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1647.pdf. > Acesso em: 9 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil retirou 3,5 milhões de pessoas da pobreza em 2012.** 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19998. Acesso em: 24 nov.2019.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA**. Programa Bolsa família: uma década de inclusão**. Brasília: Instituto de Economia Aplicada-IPEA, 2014. 82 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

JANSEN, Joyce Schmidt Gonçalves; COSTA, Paulo André da. **Grupo Atitude Vila Macedo.** In: MOSTRA DE PROJETOS, [...]. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <

<http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/grupo_atitude[29509].pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Jornada INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, IV. 2009, [S.l]. **O CRAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** [...]. [S. l.: s. n.], 2009. 9 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/o-cras-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003. 310 p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social- Planalto,** Brasília: Planalto do Governo, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LOPES, Patrícia Ribeiro. ENPESS, XVI. 2018, Vitória-ES. **A "GESTÃO DA POBREZA" NOS GOVERNOS PETISTAS: PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM DEBATE** [...]. [S. l.: s. n.], 2018. 18 p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/22311-Texto%20do%20artigo-64697-1-10-20181204.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MANSUR, Ana Isabel. **Trabalhar após os 50 anos está cada vez mais comum, mas há resistência.** [S. l.]: Correio Braziliense, 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/10/20/interna-trabalhoeformacao-2019,799360/trabalhar-apos-os-50-anos-esta-cada-vez-mais-comum-mas-ha-resistencia.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MARQUES, Rosa M. **Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família.** Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 237-243, 2008.

MARTINS, Mario de Souza; MAZUR, Silviane Marcela. JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS, 2009, Maranhão. **O CRAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** [...]. [S. l.: s. n.], [2009]. 9 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/o-cras-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MATOS, Alisson. **ECONOMIA: Sem auxílio emergencial, pobreza extrema pode atingir mais de 20 milhões**. [S. l.]: Carta capital, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/sem-auxilio-emergencial-pobreza-extrema-pode-atingir-mais-de-20-milhoes/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MENEZES, Francisco; MARTINS, Maíra. **O Plano Brasil sem Miséria e a Participação Social**, [s. l.], p. 1-16, 24 dez. 2020. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_26.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

MELO, Angélica Lima. **O PENSAMENTO DE MARX: ESTADO, DOMINAÇÃO, O SER SOCIAL E REVOLUÇÃO. [**S. l.]: Monografia Brasil escola, 2015. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/sociologia/o-pensamento-marx-estado-dominacao-ser-social-revolucao.htm. > Acesso em: 20 out. 2019.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (MDS). **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS,** Brasília, p. 1-72, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 1-82, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**, [s. l.], p. 1-120, 2018a. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/01282019120030-orientacoes.tecnias.sobre.beneficios.eventuais.no.suas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Benefícios Eventuais no SUAS: Orientações técnicas**, [s. l.], p. 1-72, 2018b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. (Aplicações mds). ***In*: Bolsa Família e o Cadastro Único de seu Município**. [*S. l.*]: Ministério do Desenvolvimento Social, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MDS)**. Criança Feliz**. [S. l.], [2018?]. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa>. Acesso em: 6 abr. 2021.

MONNERAT, Giselle Lavinas; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil,** Florianópolis, ano 2011, v. 14, ed. 1, p. 41-49, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Revista Brasileira de Educação. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados,** [s. l.], ano 2010, v. 15, ed. 44, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 8 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. Disponível em:

<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Nielmar de**. IBGE: ricos receberam 36 vezes acima do que ganharam os pobres em 2017-2018**.Agência Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr. 2018.Economia. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/ibge-1-mais-rico-recebeu-em-2017-36-vezes-mais-do-que-metade-da-populacao>. Acesso em: 19 mai.2020.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. **A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão**, [s. l.], ano XVI, n. 180, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29541/16552>. Acesso em: 24 dez. 2020.

PAIVA, Luis Henrique; SOUSA, Marconi Fernandes de; NUNES, Hugo Miguel Pedro. **A FOCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO PERÍODO 2012-2018, A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA).** Brasília- Rio de Janeiro: Instituto de Economia Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2567.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE**. Brasília: Ipea, 2013. (Comunicado Ipea, n. 159).

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícius; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes; BARREIRA, Tânia Maria Horneaux de Mendonça; MAKHOUL, Aparecida Favorêto; COHN, Amélia. Serviço Social & Sociedade. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social,** São Paulo, ano 2011, n. 105, p. 1-9, 2011. DOI https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão. *In*: Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão**. [*S. l.*], 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F06%2F2020&ate=31%2F12%2F2020&tipoBeneficio=6%2C1&municipio=20255&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidada%2CmesAno%2Cuf%2Cmunicipio%2Cvalor&ordenarPor=mesAno&direcao=desc>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PORTAL GELEDÉS. **Entenda as diferenças entre preto, pardo e negro**. [*S. l.*], 11 jun. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entenda-as-diferencas-entre-preto-pardo-e-negro/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PORTABILIS. In: **História da Assistência Social: da LBA ao SUAS.** [S. l.]: Blog do portabilis, [2021?]. Disponível em: <https://blog.portabilis.com.br/historia-da-assistencia-social/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PREFEITURA DE PIRAQUARA. Evento. Brasil. *In*: **CISA MACEDO COMEMORA QUATRO ANOS DE FUNCIONAMENTO**. Piraquara: Secretaria da Assistência Social, 13 abr. 2017. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/CISA-Macedo-comemora-quatro-anos-de-funcionamento-4-6652.shtml>Acesso em: 25 out. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Brasília, 7 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República. JAIR MESSIAS BOLSONARO Paulo Guedes Onyx Lorenzoni. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). **Decreto N° 10.316 de 07 de abril de 2020, Brasília, p. 10-14, 7 abr. 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RENAUX, Pedro**. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017.**Agência IBGE notícias, 05 dez.2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012 agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de pessoas-em-2017>. Acesso em: 19. mai.2020.

RIBEIRO, Anna**. Dissertação sobre o Estado**. 2009. 3 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale do Acaraú, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/dissertacao-sobre-o-estado/4716527/>. Acesso em: 20 out. 2019.

SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. [*S. l.*], 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SÉ, Letícia. **Renda Brasil e Renda Cidadã São a mesma coisa? Entenda que não.** [S. l.]: Economia ig, 14 out. 2020. Disponível em: https://economia.ig.com.br/2020-10-14/renda-cidada-e-renda-brasil-sao-a-mesma-coisa-entenda-que-nao.html. Acesso em: 7 abr. 2021.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO- SAGI. In**: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=5ItjcmGJnfSh1aLB1MiFcoeVhX5hhoNzgIuIhJh2dIKkfYXnybKys9%2B%2BsqilzpK4yca6q7DVybrMibllqHyigKm%2FudC0iLe6osWKpucSF63jsN11k66z2d3NurM2Asm3ycZTpqB5verfwKSm1K1zhMbNy69Qn7SvCAbEu8nFtIQ%3D&ag=m&codigo=411950>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SEFAIR, Clara; CUTRIM, Isadora Abreu. **A NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO. A NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO,** [s. l.], v. 3, ed. 10, p. 1-8, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/16880-60343-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálysis, Santa

Catarina, ano 2010, v. 13, n. 2, p. 155-163, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da**. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento a pobreza no Brasil.** [S. l.], ano 2015, v. 7, ed. 2, p. 1-18,2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3746/1800>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SILVA, Mossicleia Mendes da. ENPESS, XVI. 2018, Vitória-ES. **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: PARALELISMO E AS ESTRATÉGIAS DE "ALÍVIO À POBREZA"** [...]. [S. l.: s. n.], 2018. 1-19 p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/22783-Texto%20do%20artigo-65715-1-10-20181213.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Ser Social. **Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer,** Brasília, v. 21, ed. 44, p. 1-18, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/cdarevista-at-contrarreformas-e-recuo-civilizatorio-11-28.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOUZA, Pedro H.G Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**, [s. l.], p. 1-46, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SOARES, Raquel Cavalcante. ARGUMENTUM DEBATE. **Governo Temer e contrarreforma na política de saúde:** a inviabilização do SUS, Vitória, v. 10, ed. 1, p. 24-000, 2018. DOI: http://10.18315/argumentum.v10i1.19496. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19496/13178>. Acesso em: 31 mar. 2021

SPOSATI, Aldaíza**. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 2013, ed. 116, p. 652-674, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 nov. 2019.

URIBE, Gustavo; CARAM, Bernardo; PUPO, Fábio. **Bolsonaro anuncia desistência do Renda Brasil e ameaça cartão vermelho na equipe**. São Paulo: Folha de São Paulo, 15 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/bolsonaro-anuncia-desistencia-de-renda-brasil-e-ameaca-cartao-vermelho-na-equipe.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. **Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida**, [s. l.], p. 1-11, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000200003#top2>. Acesso em: 24 dez. 2020.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio**. Determinantes do Milagre Econômico Brasi**leiro (1968-1973): Uma Análise Empírica, [s. l.], p. 1-26,

2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. Serviço Social & Sociedade. **Intersetorialidade nas Políticas Públicas**, São Paulo, ano 2020, ed. 137, p. 1-4, 2020. DOI https://doi.org/10.1590/0101-6628.198. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000100007&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2021.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é- índice de gini**. In: O que é- índice de gini. [S. l.]: Ipea, 1 nov. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 22 fev. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 2012, n. 110, p. 1-17, 7 jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 nov. 2019.

YASBEK, Maria Carmelita. São Paulo em Perspectiva. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras,** São Paulo, v. 18, ed. 2, p. 1-9, 2004. DOI https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200011&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 31 mar. 2021.

1 ANEXO 1- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE DADOS

Olá!

Você recebeu este link porque foi convidado a participar de uma pesquisa sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família na Vila Macedo.

Estou realizando uma análise de dados com os moradores da Vila Macedo, Vila Militar e outros bairros que frequentam o CISA MACEDO e que são beneficiários do Programa Bolsa Família e preciso da sua colaboração respondendo a um questionário de pesquisa.

O questionário contém 22 questões objetivas e 14 descritivas.

Fique tranquilo, pois a sua participação será anônima.

Algumas informações relevantes:

Meu nome é Aline Ferreira da Silva, sou estagiária de Serviço Social no CISA MACEDO.

Estou desenvolvendo uma pesquisa para a conclusão da minha graduação com o tema:

“PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO DA VILA MACEDO”.

A orientadora da pesquisa é a Professora Silvia Maria A. Lima.

O objetivo da pesquisa é analisar a efetividade do Programa Bolsa Família no cotidiano das famílias que residem na Vila Macedo e afins.

Para que eu possa atingir o objetivo proposto, sua participação é fundamental para conhecer a realidade das famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família na Vila Macedo.

Sua colaboração é muito importante, conto com a sua contribuição!

O questionário estará disponível até o dia 22/01/2021.

Obrigada!!!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Autorizo que seja realizada pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa acadêmica realizado pelo aluno (a) ALINE FERREIRA DA SILVA do Curso de Serviço Social da Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC PR.

Declaro, ainda, ser conhecedor (a) de que a pesquisa possui fim acadêmico, submetida a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Concordo com os objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Estou também esclarecido (a) de que os usos das informações coletadas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a tratativa que será dada aos dados fornecidos por mim. A exposição dos dados coletados no questionário se dará de forma anônima, sendo respeitada a privacidade dos participantes da pesquisa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos (a) alunos (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

2 ANEXO 2- QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA VIA GOOGLE FORMS

QUESTIONÁRIO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Idade

() 20 a 29 ANOS

() 30 a 39 ANOS

() 40 a 49 ANOS

() 50 anos ou mais

2. Você considera sua cor de pele como: branca () preta () parda () amarela ()
3. Sexo: masculino () feminino ()
4. Estado civil () solteira () casada () união estável () divorciada () viúva
5. São alfabetizada? () sim () não
6. Estudou até qual série? () ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto () ensino médio completo () ensino médio incompleto () ensino superior completo () ensino superior incompleto
7. Está estudando atualmente? Sim () não ()
8. Possui cursos de qualificação? () sim () não

INFORMAÇÕES DA RESIDÊNCIA

9. Bairro onde mora Vila Macedo () Vila Militar () () Jardim Primavera () Jardim Santa Mônica
10. Sua residência se encaixa em qual categoria: casa própria () alugada () cedida () () invasão
11. Qual o valor do aluguel?

TRABALHO

12. Você trabalha? () sim não ()
13. Qual sua profissão?

BOLSA FAMÍLIA

14. Está recebendo bolsa família atualmente () sim () não
15. Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?
16. O responsável familiar possui renda além do Bolsa Família? () sim () não
17. Qual o valor da renda extra?
18. Qual atividade o responsável familiar exerce para conseguir esse dinheiro extra?
19. Alguém da família possui renda extra além do Bolsa Família? () sim () não

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E BOLSA FAMÍLIA

20. Composição familiar- têm filhos? () sim () não
21. Qual a idade de seus filhos?
22. Quantos filhos recebem Bolsa Família?
23. Qual a idade dos filhos que recebem bolsa família?
24. Como você utiliza o valor do Bolsa Família na sua vida financeira? Ex: compra do mês, aluguel, etc.

CISA MACEDO

25. Você frequenta o CISA MACEDO? () SIM () não
26. Há quanto tempo você frequenta o CISA MACEDO?
27. Seus filhos frequentam ou já frequentaram o CISA MACEDO? () SIM () não
28. Há quanto tempo seus filhos frequentam o CISA MACEDO?
29. Quais os serviços que mais acessa no CISA MACEDO?
30. Você já passou por atendimento com uma assistente social? () sim () não
31. Qual o motivo? Especifique
32. Recebeu algum benefício eventual do CISA MACEDO? EX: CESTA BÁSICA, ISENÇÃO DA 2ª VIA DE DOCUMENTOS PESSOAIS, AUXÍLIO FUNERAL, ENTRE OUTROS) () sim () não
33. Qual? Especifique

AUXÍLIO EMERGENCIAL

34. Você já recebeu o Auxílio Emergencial? () sim () não
35. Você ainda recebe o Auxílio Emergencial? () sim () não
36. Qual o valor do seu Auxílio emergencial?
37. O Auxílio Emergencial consegue suprir suas necessidades? () sim () não